

Previdência Nacional

ANO 3 - Nº 12

A revista das previdências do Brasil

GESTÃO

Saiba como regularizar DRAA após o prazo

INVESTIMENTOS

Regimes próprios migram em massa para o IMA

INTERNACIONAL

Brasil fecha acordo com os EUA que vai beneficiar 1,3 milhão de brasileiros

EVENTOS

Aposentadoria especial ganha destaque nos debates do 6º Congresso Apeprem

MINISTRO GABAS

Em entrevista exclusiva, ex-secretário-executivo fala sobre suas prioridades e defende o diálogo como uma das marcas de sua gestão à frente do Ministério da Previdência



**Para as melhores soluções
em Investimentos,
o Poder Público pode contar
com a presença do Bradesco.**

Só o Bradesco pode oferecer, a Órgãos Públicos e Entidades, alternativas exclusivas de Investimento, com atendimento especializado e transparência. O compromisso é buscar bons resultados com máxima segurança e liquidez. São mais de 50 Gerentes de Investimentos estrategicamente à disposição em todo o país e a facilidade do site bradescopoderpublico.com.br ou de uma Agência sempre perto de você.



Bradesco

AMPLIE SEU
HORIZONTE.
MULTIPLIQUE SUA
COMUNICAÇÃO.





A **Pátria Editora** conta com profissionais altamente qualificados, prontos para atender as expectativas da sua empresa, executando o projeto editorial desde a concepção até a entrega da publicação para os leitores



Pátria Editora

www.patriaeditora.com.br



26

CAPA

Novo ministro da Previdência, Carlos Gabas, conta quais serão suas prioridades e o que os regimes próprios podem esperar de sua gestão



14

EVENTO

6º Congresso Estadual da Apeprem atrai mais de 500 participantes e transforma Campinas no centro nacional de debates sobre os RPPS



40

INTERNACIONAL

Brasil fecha com os EUA seu maior acordo previdenciário internacional, capaz de beneficiar 1,3 milhão de brasileiros



- 6 Sumário
- 7 Carta ao leitor
- 8 Expediente
- 10 A questão dos investimentos financeiros dá o tom ao primeiro seminário da Abipem neste ano, realizado em Belo Horizonte
- 22 Prazo para entrega das avaliações atuariais terminou dia 31, mas ainda é possível regularizar a situação
- 34 Mercado ignora portaria que adiou fiscalização dos investimentos e migra em massa para o IMA

- 44 Coluna de Jorge Felix
- 46 Conceito de cidade digital deixa de ser futurologia e já reflete o novo perfil de vários municípios no País
- 51 Trabalho realizado em Londrina transforma mulheres de mais de 60 anos em atrizes e dá novo sentido às suas vidas
- 56 Confira o comportamento das aplicações no mercado financeiro
- 64 Lista de entrevistados
- 66 Agenda

Foto de capa:
Victor Soares
ACS/MPS

Previdência Nacional

A revista das previdências do Brasil

Nossa primeira edição após as recentes mudanças promovidas pelo governo federal nos Ministérios traz uma extensa entrevista com o novo ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, em que ele fala com exclusividade sobre os seus planos de gestão e revela como avalia a situação dos Regimes Próprios de Previdência Social. Entre as várias idéias que expõe, o ministro afirma que trabalhará pela consolidação das conquistas recentes na área previdenciária e diz que nenhuma regra para regimes próprios será alterada sem que os RPPS sejam ouvidos. Gabas se mostra um defensor do diálogo com todos os agentes que fazem a Previdência do País e nós, com esta entrevista no primeiro mês de gestão do novo ministro, esperamos dar a nossa contribuição para que este diálogo só evolua.

Esta edição também inaugura um novo projeto gráfico, desenvolvido por nossa equipe de arte, que tornou mais agradável a apresentação das reportagens, agora com linhas mais leves e cores mais vibrantes, no intuito de proporcionar a você uma experiência de leitura cada vez mais agradável, sem nenhum prejuízo à qualidade da informação.

Neste número, você poderá saber como foram os dois primeiros grandes eventos de RPPS deste ano: o seminário da Abipem, em Belo Horizonte, e o 6º Congresso Estadual da Apeprem, que atraiu mais de 500 participantes a Campinas, São Paulo. Assuntos como investimentos e aposentadoria especial foram os mais debatidos e nós mostramos a você em que pé estão essas discussões.

Além dos encontros, mostramos a migração dos regimes próprios para as aplicações em fundos IMA, mesmo antes de o governo começar a fiscalizar o enquadramento à Resolução 3790, do Conselho Monetário Nacional (CMN). A edição também inclui uma reportagem sobre o fim do prazo para a entrega do DRAA e revela o que pode ser feito no caso de atraso na prestação de contas.

Boa leitura!

Demetrius Hintz
Presidente da Abipem

Previdência Nacional

A revista das previdências do Brasil

ABIPEM (WWW.ABIPEM.ORG.BR)

DIRETORIA

Presidente: **Demetrius Ubiratan Hintz**
Vice-Presidente: **José Maria Corrêa**
Secretário Geral: **Wellington Costas Freitas**
Tesoureiro: **João Carlos Figueiredo**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

André Luiz Goulart
Valnei Rodrigues
Moacir Salles
Luiz Gustavo Ávila Mendonça
Raulison Dias Pereira

CONSELHO FISCAL

Roberta Cabral Medeiros
José de Anchieta Batista
Samuel Mendes de Oliveira

APEPREM (WWW.APEPREM.COM.BR)

DIRETORIA

Presidente: **Lucia Helena Vieira**
Vice-presidente: **Antônio Scamatti**
1ª Secretária: **Kleber Vicente**
2ª Secretária: **Edson Andrella**
1º Tesoureiro: **Alexander Mognon**
2º Tesoureiro: **Onésimo Canos Silva Junior**

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Titulares
André Donizete da Silva, André Luiz da Silva Mendes, Antonio Correa, Eliane Valim dos Reis, João Carlos Figueiredo, Jonas Baldissera, Luiz Carlos dos Santos, Márcia Regina Moralez, Moacir Benedito Pereira, Paulo César Pinto de Oliveira, Paulo Vicentino, Roberto de Oliveira, Sebastião Benedito Gonçalves, Solange Maria Maximiano Pádua, Terezinha Tadeu Pires.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Suplentes
Antonio Carlos Molina, Baltazar Pereira dos Santos, Carlos Alberto da Silva, Claudia Juliana Ribeiro, Ezequiel Guimarães de Almeida, Rudnei de Paulo Silva, Vandrê Lencioni de Camargo, Wilson Luiz Franco Britto

CONSELHO FISCAL

Titulares
Edmilson Martins, José Tomaz, Nelson Rodrigues de Mello.

CONSELHO FISCAL

Suplentes
Luiz Roberto Lopes de Souza, Varlino Mariano de Souza.

EDITORIA



Pátria Editora

JB Pátria Editora Ltda.

Presidente: **Jaime Benutte**
Diretor: **Iberê Benutte**
Administrativo/Financeiro: **Gabriela S. Nascimento**
Comercial: **Rosana Gazola**
Assistente comercial: **Bruna Carvalho Viana**
Marketing e Circulação: **Erica Lujan**
Jornalista: **Kelly Souza**

PREVIDÊNCIA NACIONAL

Publisher: **Jaime Benutte**

Conselho Editorial: **André Luiz Goulart, Demetrius Ubiratan Hintz, Wellington Costa Freitas (Abipem); João Carlos Figueiredo, Lúcia Helena Viera, Magadar Rosália Costa Briguet (Apeprem); Paulo Henrique Pastori (Regime Geral); Jarbas Antonio de Biagi (Previdência complementar)**

Editora: **Maria Alice Rosa - MTB 65-691**

Projeto Gráfico e arte:
Belatrix Ltda.
Diretor de Arte: **Marcelo Paton**
Assistentes de Arte: **Gabriel de Moraes Luiz e Vivian Balardin**

Impressão: **IBEP - Tiragem: 40.000 exemplares**

Empresa filiada à Associação Nacional dos Editores de Publicações, Anatec



A revista **PREVIDÊNCIA NACIONAL** é uma publicação bimestral da JB Pátria Editora.

www.patriaeditoria.com.br

Dúvidas ou sugestões: previdencianacional@patriaeditoria.com.br

Os textos assinados são da responsabilidade de seus autores. Não estão autorizados a falar pela revista, bem como retirar produções, pessoas que não constem deste expediente e não possuam uma carta de referência.

Rent**A**bilidade

Ser cliente Classe A é investir em produtos como os FIDCs PanAmericano, que oferecem uma das melhores rentabilidades do Mercado, atingindo a rentabilidade alvo desde o seu lançamento. É ter atendimento personalizado e ainda contar com a solidez do Grupo Silvio Santos. Invista no Classe A PanAmericano, invista em você.

Classe A PanAmericano. Porque o melhor investimento é você.



Porque o melhor investimento é você.

FIDC Master
FIDC AutoPan



Matriz: (11) 3264.5000 • Demais localidades: 0800.775 8585

Gestão 2010

Primeiro seminário realizado este ano pela Abipem indica quais serão as questões que vão nortear as próximas etapas dos Regimes Próprios de Previdência Social no País

Carlos Vasconcellos

Com cerca de quarenta e cinco mil servidores municipais, a capital mineira é uma das únicas a não contar com seu próprio regime previdenciário. Mesmo assim, Belo Horizonte recebeu, entre os dias 3 e 5 de março, o 3º Seminário Sudeste da Associação Brasileira dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem), que abriu a programação de eventos da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Municipais e Estaduais. “Em pleno 2010, não temos um sistema de Previdência adequado”, lamentou Totó Teixeira, presidente da Beprem, Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na abertura do seminário. A criação de um instituto no município, no entanto, está em pauta. A vereadora Luzia Ferreira, presidente da Câmara de Vereadores da capital mineira, disse que ainda falta criar um modelo que inclua os servidores do Legislativo e do Executivo, e disse que a medida é necessária. “O perfil etário no Brasil está mudando, o que causa impacto na sustentabilidade da Previdência.”

Para o diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, Delúbio Gomes

da Silva, o segmento de regimes próprios tem um longo caminho a percorrer. Segundo ele, apesar dos cerca de R\$ 44 bilhões em ativos financeiros, os fundos de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) ainda são vistos como “confusos, complexos e pouco viáveis” por muitos governadores, deputados e prefeitos. “É um trabalho árduo mostrar que a Previdência do servidor público pode ser diferente. Aqui mesmo em Minas Gerais, Estado com mais de 800 municípios, a maior parte deles ainda está vinculada ao INSS”, disse.

Demetrius Hintz, presidente da Abipem, ressalta que o processo de implementação dos regimes próprios é uma luta difícil. “Ainda é um assunto desconhecido para muita gente”, afirmou. “Os gestores apresentam uma visão de futuro geralmente incompreendida pelos segurados e têm de lutar contra tudo e contra todos para seguir em frente.” Mas o segmento pode ganhar mais peso na economia brasileira. Segundo Delúbio, o Ministério da Previdência vai pedir à Secretaria de Política Econômica que autorize os regimes próprios a contabilizar seus ativos não financeiros na lista de ativos informada à sociedade. “Nosso referencial é a Secretaria de Previdência Complemen-



Foto: MPAS

Delúbio: 'É um trabalho árduo mostrar que a Previdência do servidor público pode ser diferente'

tar, os fundos de pensão, e eles só falam de R\$ 400 bilhões, R\$ 500 bilhões”, disse. “Se contabilizarmos os ativos não financeiros dos RPPS, podemos chegar rapidamente aos R\$ 100 bilhões. E ao chegar nesse nível, o setor vai ganhar mais respeito da sociedade, do mercado e, principalmente, dos governantes.”

Delúbio ressaltou ainda que, mais do que nunca, o desafio previdenciário deve estar no topo da agenda dos gestores públicos em todo o País. “A massa salarial dos servidores vem aumentando acima da inflação e esse aumento dado aos ativos tem impacto na folha dos aposentados”, alertou. “Se a folha ultrapassa os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, você pode cortar cargos comissionados, terceirizados, extinguir secretarias”, enumerou. “Mas não pode cortar a despesa com aposentados.”

Só que, para um bom resultado atuarial, não basta o gestor estar atento aos custos. É preciso também alcançar o melhor desempenho possível nos investimentos financeiros. “Uma boa política de investimento deve permitir cumprir a meta atuarial sem risco excessivo”, explicou o economista Paulo Di Blasi, professor de finanças do IBMEC-RJ. E para isso, é fundamental diversificar os ativos. Ou seja, os gestores precisam estar atentos às diversas possibilidades de

Ministério quer ativos de RPPS contabilizados de forma a aumentar peso do setor na economia

investimento permitidas para os RPPS. “Mais do que criar novas modalidades de aplicação, o que a Resolução 3790 fez foi mudar os limites dessa diversificação”, afirmou o economista.

Entre as novidades, Di Blasi destacou os FIP, Fundos de Investimento em Participações, que podem receber até 5% do patrimônio líquido dos regimes próprios. Por meio desses fundos, os institutos podem participar de empresas, projetos de infraestrutura, concessões etc. “Para os RPPS isso é uma novidade, mas para os fundos de pensão essa estrutura já tem um histórico, com casos de sucesso e de fracasso a serem analisados.”

Segundo Di Blasi, para investir em FIP, os gestores primeiro devem observar se o fundo tem uma boa carteira de projetos. “É uma boa alternativa, compatível com o perfil previdenciário, mas o projeto não pode ser micado”, observou. “Também é importante traçar uma estratégia de saída desses investimentos, que podem ter prazos de sete a treze anos, ou até mais, se for o caso de concessões”, disse o economista. Vender



Foto: reprodução

Di Blasi: No caso dos FIPs, alguns parceiros podem querer sociedade no projeto e, neste caso, melhor caminho talvez seja a criação de uma empresa



Foto: divulgação

Alta da Taxa Selic não deverá prejudicar o crescimento econômico

Abravanel: aposta em aumento para 10,5% nos juros até o fim do ano

a participação, vender ações em bolsa ou ainda se desfazer de ativos podem ser opções.

Também seria importante observar se a cota do RPPS no fundo permite ao instituto participar da gestão dos projetos ou dos comitês de investimento. Assim como encontrar bons parceiros, que conheçam a atividade. “Alguns parceiros estratégicos podem querer sociedade no projeto. Neste caso, o melhor caminho talvez seja a criação de uma empresa, uma sociedade anônima para tocar o negócio”, explicou Di Blasi, observando que algumas concessões ou projetos exigem a formação de sociedades de propósito específico. “Toda essa estrutura é montada para minimizar os riscos da carteira dos FIP, evitar influências políticas na escolha dos projetos e proteger o investimento, especialmente no caso dos investidores fiduciários, que administram recursos de terceiros”, disse o economista.

Marcelo Soares, atuário do IPSEMG, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, por sua vez, discutiu a importância do cálculo atuarial para a gestão previdenciária. Ele comparou o cálculo ao plano de voo de um avião. Ou seja, sem ele, o gestor não saberá para onde vai nem como pode corrigir o rumo e evitar desastres. “Para onde você vai: solvência ou insolvência? Qual o tempo de viagem: em quanto tempo terá de pagar os benefícios previstos? Qual a quantidade de combustível necessária: quanto de reserva você tem para cumprir suas obrigações?”

O Seminário também serviu para sondar junto a bancos e administradores de recursos quais

as perspectivas do setor financeiro para o ano de 2010. Elanir Santos, da GWI Asset Management, projeta uma taxa Selic de 10,5% até o fim do ano, mas mantém uma visão otimista em relação à economia brasileira em 2010. Segundo ele, a alta de juros não impedirá o avanço do Produto Interno Bruto (PIB). “Vai ser um período de crescimento da economia que vai garantir rentabilidade aos investimentos, apesar das intempéries”, afirmou. “Especialmente para aqueles que souberem usar todas as alternativas de aplicação permitidas pela Resolução 3790”, acrescentou Elanir, lembrando que a vida do gestor ficou mais difícil num cenário em que os juros se encontram num patamar historicamente baixo. “Mesmo que seja necessário subir a taxa para doutrinar a economia, isso não muda nossa perspectiva positiva para 2010.”

Para Daniel Sandoval, da Caixa Econômica Federal, a alta da Selic, que não aconteceu na primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) realizada pouco depois do Seminário, foi confirmada no final de abril, quando o Copom elevou a Selic em 0,75 ponto porcentual, para 9,5% ao ano. Segundo ele, a Caixa vai manter uma postura pró-ativa nesse cenário, lançando novos produtos – dois novos fundos do banco voltados para o segmento de RPPS estavam com previsão de chegada ao mercado no primeiro semestre.

Já Daniel Abravanel, do Banco Panamericano, também aposta numa alta para 10,5% nos juros básicos da economia brasileira até o fim do ano, mas considera que o ano será bom. “A gente sabe que o País é muito volátil a fatores externos, mas acreditamos que a alta dos juros não passará desse nível.”

Diante das recomendações para diversificar investimentos, gestores de RPPS que acompanhavam o evento se queixaram da interpretação de Tribunais de Contas de alguns Estados que consideram que os regimes próprios devem limitar suas aplicações aos bancos oficiais, como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica. “No Rio Grande do Sul, por exemplo, isso virou um tabu”, disse João Figueiredo, conselheiro da Abipem. “Os bancos oficiais são importantes, mas não devem ser nossa única opção. Quando o instituto pode aplicar em diferentes fundos, de diferentes gestores, ele reduz o risco e isso é uma de nossas obrigações legais”, concluiu.



SEGURANÇA 24H POR UM PREÇO QUE VOCÊ PODE PAGAR.

A Nordeste Segurança Eletrônica é a maior empresa de monitoramento com Certificado ISO 9001:2000 presente em todos os estados do Nordeste, exceto no Maranhão. E para ter certeza de que fez a escolha certa, até na hora do pagamento você fica tranquilo. Serviços de alarme, circuito fechado de TV, cerca pulsativa, controle de acesso e rastreamento 24 horas são os serviços que vão deixar o seu patrimônio mais seguro.

Seja na sua casa, no seu condomínio ou na sua empresa, você pode contar com muito mais qualidade, credibilidade e eficiência a qualquer hora.

SERVIÇOS QUE VÃO DEIXAR O
SEU PATRIMÔNIO MAIS SEGURO.

- Serviços de alarme
- Circuito fechado de TV
- Cerca pulsativa
- Controle de acesso e rastreamento 24 horas

*Verifique a disponibilidade dos serviços em sua cidade.

**PRIMEIRA
MENSALIDADE
E INSTALAÇÃO
GRÁTIS NA COMPRA
DO SISTEMA DE
ALARME.**

Ligue
0800.081.2848 ou 4002.2848
e agende uma visita.



NORDESTE
SEGURANÇA ELETRÔNICA
www.fiquetranquilo.com



Volta ao mundo dos RPPS

Encontro supera todas as expectativas, atraindo mais de 500 participantes para palestras e debates sobre os temas mais relevantes da área de regimes próprios, com destaque para a questão das aposentadorias especiais e investimentos

Durante três dias de abril, a paulista Campinas se transformou no centro dos debates e análises sobre os Regimes Próprios de Previdência Social. De ponta a ponta, os temas mais relevantes atualmente na Previdência do setor público foram abordados no 6º Congresso Estadual da Associação Paulista de Entidades de Previdência dos Estado e dos Municípios (Apeprem), lotando os auditórios da Casa de Campo do Royal Palm Resort com uma platéia de mais de 500 ouvintes, entre gestores, executivos do mercado financeiro, autoridades governamentais e consultores da área. Com palestras de renomados especialistas sobre assuntos os mais variados, de perícia médica a

mercado financeiro, de atuária a concessão de benefícios, o evento reproduziu em sua programação o mundo dos RPPS, proporcionando a troca de experiência e ideias que vão nortear ações dos agentes que constroem no País a história dos regimes próprios de Previdência Social. “Superamos as expectativas em tudo. Esperávamos cerca de 350 participantes e vieram mais de 500, com uma receptividade enorme de todas as pessoas vinculadas aos regimes próprios e também dos patrocinadores”, comemorou a presidente da Apeprem, Lúcia Helena Vieira. Mais de 76 municípios estiveram ali representados nos dias 12, 13 e 14 de abril, com participação de mais de oito Estados, embora o Con-



Foto: Antonio Alves de Moraes/Apeprem

Mais de 76 municípios prestigiaram o Congresso paulista, que contou também com representantes de mais de oito Estados

gresso fosse estadual, atraídos pela programação do evento, cuja realização contou com a parceria do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas (Camprev), além de vários patrocinadores. “O que nos trouxe aqui foi a relevância dos debates, tanto sobre a área de investimentos quanto sobre a aposentadoria especial, os dois principais enfoques para nós”, conta Michelle Freire Cabral, gerente jurídico-previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo. A declaração resume o foco de maior destaque do encontro.

Aposentadoria especial foi, de longe, o tema mais instigante e polêmico para a maioria dos participantes, preocupados com o efeito da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que deu parecer favorável a pedidos de aposentadoria de servidores públicos que trabalham em situações de insalubridade e periculosidade nos mesmos termos aplicados no Regime Geral, conforme o artigo 57 da Lei 8.203. A partir desta determinação, proliferam-se no Judiciário Mandados de Injunção requerendo os benefícios. À falta de regulamentação de lei complementar referente a aposentadorias especiais, os RPPS se veem na situação de ter de cumprir as determinações sem ter suas peculiaridades observadas.

O Ministério da Previdência Social fez um pro-

À falta de regulamentação nas aposentadorias especiais, RPPS tem de cumprir lei sem ter suas peculiaridades observadas

jecto de lei observando as especificidades dos regimes próprios e o enviou à Casa Civil, que redigiu um novo texto e o mandou para o Congresso. Alguns pontos são criticados pelos RPPS. “Não tem limite de idade, por exemplo. Isso nos preocupa muito porque há um reflexo direto nos regimes próprios, inclusive no Regime Geral. Acredito que os autores do projeto não se preocuparam em ver o impacto financeiro que esse projeto terá”, diz Demetrius Hintz, presidente da Associação Brasileira das Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem). “É muito interessante dizer ‘todo mundo vai ter o benefício’, mas de onde sairá o volume de recursos que você vai precisar para pagar?”

Ele conta que, na maioria dos casos, os servidores que requerem o benefício acreditam que vão receber proventos integrais, quando na verdade passarão a receber pela média, o que tem causado muitos conflitos na questão das aposentadorias especiais.



Foto: Antonio Alves de Moraes/Apeprem

Otoni, do MPS: “Desde o ano passado, colocamos uma série de exigências e isso mexeu com todo mundo”

Demetrius, da Abipem, e Lúcia, da Apeprem: empenho na mobilização para impedir distorções nas regras das aposentadorias especiais

Foto: Pró Empresa/TV Apeprem



Servidores esperam proventos integrais na aposentadoria especial, quando, na verdade, vão receber pela média

Outro ponto complicado para os regimes próprios, explica Lúcia Vieira, é o fato de muitos municípios não terem um histórico da vida laboral dos servidores para que seja possível fazer a concessão do benefício de maneira segura. “Ainda é preciso construir todo esse registro para nortear a atividade de gestão”. Para cumprir as determinações da Justiça, será necessário que os municípios passem por um processo de estruturação, fazendo convênios ou contratando empresas especializadas, para tornar viável esse levantamento da situação dos servidores, reforça a assessora jurídica da Abipem e da Apeprem, Magadar Briguet, que foi mediadora do debate sobre aposentadoria especial apresentado no Congresso. Para ela, neste momento seria mais adequado os municípios buscarem essa preparação administrativa do que criar leis específicas enquanto está em plena discussão a legislação

federal. “Essa estruturação já pode começar a ser feita para, quando vier a legislação, poder atendê-la de forma técnica, científica.”

O procurador federal e professor universitário Miguel Horvath Júnior, que foi um dos palestrantes do painel sobre aposentadoria especial, também defende a capacitação, o treinamento e a estruturação como a medida atualmente mais adequada do que legislar sobre o tema. “Até porque as decisões judiciais estão sendo e continuarão a ser cumpridas”. Para ele, hoje os regimes

MPS fez um projeto de lei com especificidades dos RPPS e o enviou à Casa Civil, que redigiu o texto que está no Congresso

próprios estão mais preocupados com a definição das regras sobre a aposentadoria especial do que com a operacionalização da concessão dos benefícios, reconhecidamente necessária.

Diante de tantos questionamentos, a exposição do diretor dos Regimes de Previdência no Serviço Público da Secretaria de Políticas de



Foto: Pró Empresa/ TV Apeprem

Horvath: mais importante do que legislar sobre aposentadorias agora é se capacitar para cumprir as regras em vigor

Previdência do Ministério, Delúbio Gomes da Silva, jogou alguma luz na possibilidade de uma definição maior das regras. Ele disse que, em vista da grande possibilidade de o STF decidir, por meio de súmula vinculante, que deverão ser aplicadas as regras do Regime Geral, o Ministério vai estudar toda a regulamentação que existe sobre aposentadorias especiais no RGPS e trazer para as normas dos RPPS para dar um norte sobre como aplicar a lei da Previdência. “Vamos adaptar o texto à realidade dos regimes próprios, mas com poucas alterações, pois já foi definido que deve ser aplicada a regra do regime geral. Com isso, queremos orientar os regimes próprios sobre como proceder em relação às regras. Provavelmente faremos essas definições por meio de portaria.” Ele pediu que os regimes próprios mandem o máximo de subsídios ao Ministério para que seja verificado o que é possível ser atendido.

A mobilização do setor é considerada fundamental pelos presidentes da Abipem e a Apeprem. “Estamos conclamando a todos para que demonstrem os impactos da aprovação dessa lei e possamos fazer essa mobilização junto à Câmara de Deputados para que sejam feitas as adequações necessárias”, afirma Hintz. “Pretendemos fazer gestões no sentido de compatibilizar esse

Ministério elabora texto para orientar os regimes sobre como aplicar regras da aposentadoria

projeto que está em trâmite a algumas demandas e especificidades que nós temos”, diz Lúcia.

Outra questão que trouxe à tona uma grande preocupação dos regimes próprios foi a perícia médica. Após a palestra feita pelo representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS), Baldur Schubert, praticamente todas as perguntas feitas pelos gestores foram sobre o mesmo problema: o aumento da incidência de pedidos de benefícios por doenças relacionadas a transtornos mentais. Segundo Schubert, nos últimos dez anos os casos de doença mental vêm crescendo paulatinamente, ocupando hoje a terceira ou quarta causa no requerimento de benefícios, depois dos traumas, acidentes cardiovasculares e problemas osteo-musculares. Para os institutos de Previdência esta ainda é uma esfera nebulosa, uma vez que está mais ligada à psiquiatria, que não é a área de ação dos peritos. Vários gestores mencionaram casos em que o servidor pede o benefício sob o argumento de que se tor-

Baldur Schubert, da OISS: aumento na incidência de doenças mentais só reforça necessidade de trabalho preventivo na saúde



Foto: Pró-Empresa

nou incapaz, mas quando é confrontado com a possibilidade de ser considerado incapaz para as demais atividades, recua.

Na visão de Schubert, a proliferação de casos de doença mental só reforça a necessidade de um trabalho preventivo amplo e integrado de várias áreas da sociedade em prol da saúde dos trabalhadores. “Os dados da perícia são dados terminais. As ações devem ocorrer mais precocemente,

Em perícia médica, maior preocupação no momento é com doenças de alienação mental

quer seja no diagnóstico precoce, no tratamento eficaz, na reabilitação e, mais importante que tudo, na promoção da saúde, na atenção primária, para identificar fatores de risco e, a partir daí trabalhar o indivíduo na sua plenitude, evitando problemas no futuro”, afirma. Ações não só na área de saúde, mas também na busca de melhor ambiente de trabalho, por exemplo, vão resultar em melhor qualidade de vida e significar menos despesas, argumenta. “O esforço é da coletividade. Não é do instituto de Previdência sozinho, do

INSS sozinho, do Ministério ou do Sistema Único sozinho, ou das empresas e prefeituras sozinhas. É um processo da sociedade como um todo.”

Se Schubert é alvejado por perguntas sobre perícia médica, não menos assediado pelas indagações dos gestores é o Coordenador Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos, Otoni Gonçalves Guimarães, quando o tema é prestação de contas. Em sua palestra, ele esclareceu os pontos principais que devem ser observados nas avaliações atuariais dos regimes, tendo em vista as mudanças determinadas pela Portaria 403, de 2008, mas uma dúvida se destacou em relação às demais: a questão do equilíbrio financeiro-atuarial. “Desde o ano passado, colocamos uma série de exigências e isso mexeu com todo mundo”. Entre as mudanças, ele cita a antecipação para março na entrega dos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial, o DRAA (*ver matéria na página 22*), e a aplicação da Resolução 3790, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em relação à insegurança dos gestores em lidar com a administração dos recursos, o presidente da J. Malucelli Previdência e ex-secretário de Previdência do Paraná, Renato Follador, chamou a atenção em sua palestra para a necessidade de estruturação e planejamento dos regimes próprios para a boa realização de um plano de custeio, o que requer um processo de capacitação e profissionalização cada vez maior nos institutos. “Hoje, apenas 10% dos regimes podem ser considerados bem estruturados”. O mesmo vale na

área de investimentos. “Não se pode adotar um procedimento empírico. É necessário buscar assessoria profissional”, recomenda. Ele também defendeu a flexibilização da Resolução 3790, com abertura maior para

investimentos em fundos de ações. “É preciso olhar para o lado e ver que o mundo está aplicando em empresas e, hoje, em gestão financeira é inadmissível não aplicar em fundos de ações.”

Guimarães diz que o Ministério está pleiteando algumas alterações com relação a parâmetros de rentabilidade e composições de carteira, que têm trazido alguns problemas para os regimes. “São pequenos ajustes”, explica. Delúbio Gomes, também do Ministério, diz que a principal alteração prevista é a retirada da obrigatoriedade exclusiva



Foto: Fô Empresa/TV Apeprem

Follador: 'Hoje, apenas 10% dos regimes podem ser considerados bem estruturados'

de usar o Índice da Anbima (IMA). “Ele vai ser ‘mais um’ índice dentre as opções, mas não mais obrigatório”, afirma. Mas ele ressalta que é muito importante que haja um pronunciamento dos regimes próprios em defesa dessa mudança pretendida também pelo Ministério, para reforçar a necessidade dessa alteração. “Nós (Ministério) já encaminhamos a proposta, já discutida com os regimes próprios, ao Ministério da Fazenda, que é o órgão que inicia o processo no CMN”.

Para o professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) e da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Di Blasi, a mudança relativa ao IMA é positiva (*ver reportagem sobre a migração para o IMA na página 34*). “Ela daria prerrogativa para o RPPS fazer uma alocação por opção, não por obrigação. A inflação subiu bastante e os fundos IMA estão com bom retorno, mas nem sempre é assim. Se houver um revés na inflação, os fundos terão um rendimento pior”. Além disso, argumenta, são produtos mais voláteis, mais de longo prazo. “Há a necessidade de produtos mais de curto prazo exatamente para gerenciar essas eventuais

Principal alteração na 3790 deverá ser a retirada da obrigação de só investir em aplicações com referência no IMA

mudanças de cenário”, afirma Di Blasi, que fez palestra sobre Fundos de Investimento em Participações (FIP) e Fundos Imobiliários.

Além de Di Blasi, executivos financeiros de Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e da Ourinvest fizeram uma análise sobre o cenário econômico brasileiro. Foi consenso entre eles a perspectiva de crescimento econômico e de uma sequência de alta na taxa básica de juros – as apostas vão de 2,5 a 3 pontos percentuais até o fim do ano – para conter a alta inflacionária. O primeiro aumento depois de 19 meses foi no dia 28 de abril, quando o Comitê de Política Monetária do BC fixou a Selic em 9,5% ao ano. Em relação às

Magadar
Briguet:
'Estruturação
dos regimes
já pode
começar a
ser feita'

Foto: Ffó Empresa/TV Apeprem



Para Di Blasi, há necessidade de produtos mais de curto prazo para gerenciar eventuais mudanças de cenário

aplicações, Di Blasi diz que no momento, seguindo a resolução 3790, seria adequado diversificar os investimentos entre os produtos IMA – IMA-B, IMA Geral e IRF-M (índice que deve ser autorizado em breve para o setor). O IRF-M, diz ele, seria o menos volátil entre as opções e com mais liquidez, com o IMA-B mais para o longo prazo e o IMA Geral para compor uma carteira com vários indexadores, além das operações compromissadas, em que é possível investir até 15% dos recursos aplicados. Na análise do mercado financeiro, a alta de juros será passageira, com as taxas recuando novamente no ano que vem. O diretor-superintendente da BB Previdên-

cia, Expedito Afonso Veloso, fez uma análise otimista do futuro a partir da comparação da situação da economia brasileira nas crises mais recentes com a última, para defender a necessidade de os regimes próprios definirem uma estratégia em busca do equilíbrio financeiro. Ele disse que, enquanto nas crises anteriores o Banco Central aumentava os juros, no ano passado o País teve condições de reduzir as taxas; a relação crédito/PIB, que era da ordem de 25%, agora é de 45%; e o mercado interno, fraco em outras ocasiões difíceis, está robusto e menos dependente do exterior, argumentou, dizendo que o país tem condições de crescer entre 5% e 7% neste ano. “A musculatura da economia está forte e preparada para este crescimento. A pergunta que ficaria para os institutos de Previdência é: o Brasil está em pleno dinamismo e nós deveremos ser, na próxima década, a quinta economia mundial. Como os institutos de Previdência aproveitarão este momento importante da economia brasileira?”



Melquesedec: falta de banco de dados amplo dificulta repasses

Última chamada para o Comprev 88-99

Termina no dia 31 de maio o prazo para que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) solicitem ao Ministério da Previdência as compensações previdenciárias referentes ao período entre 5 de outubro de 1988 e 31 de maio de 1999, o chamado Passivo de Estoque. A determinação consta do Decreto 20.910/1932 e foi definida pela Portaria do MPS 98/2007. O alerta para que os regimes não percam o prazo dos requerimentos foi um dos pontos abordados na palestra do chefe da Divisão de Compensação Previdenciária (Comprev) – Diretoria de Benefícios e Compensação, Melquesedec Silva, no 6º Congresso Estadual da Apeprem. Segundo ele, embora não haja uma estatística sobre os pedidos, é possível verificar uma grande movimentação dos RPPS para cumprir a medida. “A gente acompanha pela performance do sistema Comprev, que encaminha os requerimentos. Quando está bastante instável, como atualmente, é porque o volume de acesso é grande”, afirma.

Ele disse que hoje uma das grandes dificuldades para que se possa ter uma radiografia da situação das compensações previdenciárias é a falta de um banco de dados amplo, capaz de mostrar, por exemplo, quantos servidores estão aposentados em cada regime para verificar qual o percentual e, o mais importante, o volume de repasse a ser feito para os institutos. Melquesedec acredita que a criação do CNIS-RPPS vai possibilitar a estruturação de um modelo de mensuração e avaliação das compensações previdenciárias. “A integração e sincronização dos dados por meio do CNIS-RPPS

é hoje uma das questões mais importantes na área de compensações previdenciárias. Acontece que hoje muitos regimes não utilizam o Siprev (Sistema Integrado de Informações Previdenciárias), que é a base da formação do CNIS-RPPS”, ressalta.

Melquesedec acredita que o principal motivo da baixa utilização do Siprev é a falta de informação. “O Siprev é um sistema que não tem custo operacional para os Estados e municípios e é de fácil acesso. Então a grande questão é: por que não utilizam?” A falta de estrutura dos pequenos regimes para fazer levantamentos detalhados e obter os históricos dos servidores não justifica, segundo ele. “O RGPS (Regime Geral de Previdência Social) também não tinha esse histórico. Ele está elaborando esses históricos agora, quando foi implementado o CNIS. Acho que o que nós passamos alguns anos atrás é o que ocorre hoje com os pequenos municípios”.

Melquesedec esclareceu que a partir de 1º de junho, quem não fez os requerimentos referentes às aposentadorias concedidas entre 5 de outubro de 1988 e 31 de maio de 1999 perderá direito aos repasses relativos somente a esse período. “Alguns municípios estão preocupados, achando que a compensação vai acabar a partir de junho. Pelo contrário, ela continua normalmente, só o período de estoque deixa de valer”. O Passivo de Estoque corresponde ao período entre a instituição da compensação previdenciária, prevista pela Constituição de 1988, e a regulamentação do dispositivo, instituída pela Lei 9.796/1999. Na palestra, Melquesedec esclareceu quais os procedimentos adequados para que os regimes próprios façam as solicitações. **PN**

Fora do prazo

Período para entrega da avaliação atuarial que dá direito ao CRP terminou no dia 31 de março, mas ainda é possível regularizar a situação

O prazo para a entrega das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social para 2010 venceu no dia 31 de março. Quem não apresenta o Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuariais (DRAA), perde o direito de obter ou renovar o Certificado de Regularidade Previdenciário (CRP), sem o qual Estados e municípios perdem o acesso a verbas e a programas de financiamento federais. A duas semanas do fim do prazo, apenas 20% dos regimes tinham enviado as avaliações, segundo o Ministério da Previdência Social. O fim do prazo, no entanto, não esgota as chances de obter o CRP. O coordenador-geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos do Ministério da Previdência, Otoni Gonçalves Guimarães, esclarece que ainda é possível regularizar a situação do DRAA. Mas adverte que, além deste documento, é imprescindível encaminhar também a Nota Técnica Atuarial dentro das novas regras estabelecidas pela Portaria MP 403 para ter direito ao CRP. Se o Demonstrativo de Resultados é uma apresentação resumida da avaliação atuarial, a Nota Técnica é uma espécie de detalhamento que dá sustentação às informações do DRAA.

Para o atuário Hávila Donnelly, o fato de apenas 20% terem feito a declaração a duas semanas do prazo final não preocupa. “O prazo do DRAA é 31 de março, mas o prazo de vencimento do CRP, que é o que gera a demanda da corrida pelas avaliações atuariais, não é num dia só. Tem regime em que o CRP vai vencer daqui a dois meses, há tempo para providenciar tudo. Então, quem correu na frente é porque estava precisando”, explica.

Hávila Donnelly: muitos regimes deixam para entregar avaliações perto do prazo de vencimento do CRP

Só que neste ano a Nota Técnica Atuarial tem de ser apresentada, obrigatoriamente, com o chamado Certificado de Ciência, documento que, além do aval do atuário, deve conter a assinatura do gestor previdenciário e representante do ente federativo (prefeito ou governador), atestando plena consciência da avaliação realizada pelo atuário. A exigência das assinaturas já constava da Portaria 403, editada pelo Ministério da Previdência Social em 2008, mas ainda não estava regulamentada. Ou seja, não estava claro exatamente onde e como os responsáveis deveriam assinar. No próprio demonstrativo? Em um comunicado anexo?

O Ministério resolveu essas dúvidas. Tanto os gestores de RPPS como os prefeitos ou governadores têm de assinar uma certidão – que pode ser baixada no site do Ministério – afirmando que conhecem plenamente os dados apresentados na avaliação atuarial e suas recomendações. O certificado de responsabilidade deve ser baixado no site do Ministério, assinado pelo gestor previdenciário e o representante do Poder Executivo municipal ou estadual para então ser escaneado e enviado digitalmente de volta ao Ministério da Previdência. O velho e bom correio também vale. Sem essa certidão, nada de CRP.

Para a advogada Rosana Seger, se por um lado a criação do certificado de ciência é mais uma burocracia a cumprir, por outro ela torna mais claro o cumprimento das regras do Ministério. “Antes o atuário preenchia a avaliação e a nota técnica pela internet usando uma senha e não havia como garantir efetivamente que o gestor e



Foto: Pó Empresa/TV Apeepem

A duas semanas do fim prazo, apenas 20% dos RPPS tinham enviado as avaliações, segundo o Ministério

o prefeito tinham ciência da avaliação”, diz. “Fica melhor assim. Muitos gestores e prefeitos preferiam fingir que não sabiam o que constava na avaliação do atuário”, continua Rosana. A advogada defende a tese de que a assinatura torna os gestores e o titular do Poder Executivo responsáveis legais em caso de não cumprimento das recomendações feitas pelo atuário.

Esse ponto de vista também é defendido pelo Ministério da Previdência Social. “Nosso principal objetivo com a medida é fazer com que a avaliação atuarial realmente cumpra seus objetivos”, diz Otoni Guimarães, coordenador geral de atuária do Ministério. Segundo ele, isso significa que os institutos de RPPS devem cumprir à risca as recomendações apresentadas na avaliação pelo



Rosana Seger: nova regra tornou gestores e representante do Executivo responsáveis legais pela declaração

atuário. “A responsabilidade é pessoal e todos têm de cumprir”, afirma.

“O atuário assume a responsabilidade de que fez uma avaliação técnica a partir das informações passadas pelo ente federativo e pelo regime próprio de Previdência”, continua Guimarães. “O gestor do regime próprio, por sua vez, assume como representante do Estado ou do município o compromisso de que vai fazer cumprir as determinações presentes no documento. Enquanto o prefeito ou o governador demonstram conhecer a avaliação e também se tornam responsáveis pelo seu cumprimento.”

Ou seja, agora ninguém mais pode alegar que desconhecia uma determinada recomendação. Ou que não fazia ideia de que havia informações falsas ou distorcidas na avaliação do atuário.

Na Nota Técnica, regimes próprios são obrigados a certificar que gestor, Executivo e atuário estão cientes dos dados

Uma prática comum criticada publicamente por representantes do Ministério em debates com gestores e atuários é o uso de truques contábeis, como lançar receitas iguais a despesas nos institutos que usam o sistema de repartição simples. O recurso cria um falso equilíbrio, onde não há déficit ou superávit, o que mascara a realidade e impede um planejamento atuarial consistente.

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), Richard Dutzman, vê na responsabilidade compartilhada uma evolução significativa na qualidade do trabalho. “O segredo de uma boa avaliação atuarial não depende só do atuário. Se você der para o melhor atuário do mundo um banco de dados furado, vai sair uma avaliação atuarial errada. Então o sucesso está em três pilas: qualidade do banco de dados, formulação que o atuário vai adotar – que está na Nota Técnica Atuarial – e as premissas definidas de comum acordo. É um conjunto e, portanto, depende de todos”.

Guimarães promete apertar cada vez mais a fiscalização do cumprimento das recomendações apresentadas pelos atuários nas DRAAs. Segundo ele, desde o fim de novembro o Ministério já notificou mais de 200 entes federativos por esse motivo. “São inconsistências apresentadas na avaliação, números que não se sustentam”, explica.

Maria Malvina Locks, presidente do Ipreville, instituto dos servidores municipais de Joinville, em Santa Catarina, conta que o instituto da cidade catarinense já cumpriu a regra e todos os responsáveis já assinaram o certificado. Afinal, na opinião da gestora, a boa administração da Previdência municipal também diz respeito ao prefeito e ao secretário de Fazenda do município. “Acho importante que eles participem”,

Foto: divulgação

Richard Dutzman: Com banco de dados furado, melhor atuário do mundo fará avaliação atuarial errada

diz. “Tudo é parte de um mesmo governo.” Em Joinville, essa participação está em lei municipal e não se limita ao “ciente” no documento exigido pelo Ministério. “A cota patronal, a dívida atuarial, está tudo lá”, diz Maria Malvina. Até mesmo a norma que determina que, para cada real aplicado pelo instituto, a prefeitura tem de colocar dois. “Isso dá uma certa tranquilidade.” Ela defende a profissionalização dos quadros de servidores nos institutos de Previdência municipais. Segundo ela, entre outras vantagens, isso pode levar as entidades a terem mais rigor no cumprimento das recomendações atuariais. “Do presidente aos cargos menos graduados, todos têm de ser funcionários de carreira”, afirma. “É claro que isso por si só não garante necessariamente mais honestidade ou transparência, mas não deixa de ser um filtro.”

Outro ponto importante que constava na Portaria 403 era a regulamentação da segregação de massas nos institutos de RPPS. Com esse artifício, o instituto cria dois fundos diferentes: o previdenciário, para abrigar os servidores que contribuem para o RPPS, e o financeiro, para os funcionários mais antigos, que não contribuíram para o regime próprio e que é sustentado diretamente pelo ente federativo.

Pela norma, não é permitido usar recursos do RPPS para cobrir o fundo financeiro. Isso impede que o Poder Executivo ou o gestor usem um eventual superávit do regime próprio para cobrir o déficit do fundo financeiro. E, uma vez adotada a segregação de massa, não é possível voltar ao regime anterior sem o consentimento do Ministério, o que evita desfazer o acordo para atender eventuais interesses de ocasião. “Menos de 10% dos regimes próprios fizeram essa opção”, conta Guimarães.



Foto: Pró Empresa/TV Apepreem

Com certificado de responsabilidade, ninguém mais poderá alegar que desconhecia determinada recomendação

Para Rosana Seger, a segregação de massas pode interessar aos institutos de Previdência que tenham um grande número de inativos. “Essa alternativa alivia os cofres do instituto”, diz ela. “E se no começo ela onera o ente federativo, no longo prazo ela pode valer a pena.” Guimarães ressalta que ninguém está forçado a aderir ao sistema.

“O que fizemos foi regular esse recurso na portaria”, afirma Guimarães. Tampouco depende exclusivamente da vontade dos administradores dos regimes próprios adotar a segregação de massas. Cada pedido é avaliado rigorosamente pelo Ministério. “E nós só aceitamos a solicitação se ela estiver conforme as regras e plenamente equacionada do ponto de vista financeiro e atuarial”, diz. Mas afinal, a segregação vale ou não a pena? O coordenador de atuária do Ministério evita fazer juízo de valor sobre esse recurso. “A segregação de massas pode ser uma solução viável para muitos regimes próprios, mas não cabe ao Ministério incentivar a prática. A decisão deve caber aos gestores”, conclui Guimarães. PN

O servidor que virou ministro

Leônia Vieira

QUANDO CARLOS EDUARDO GABAS ingressou na carreira previdenciária, em 1986, não imaginava que um dia se tornaria ministro da Previdência Social. Pela primeira vez na história do Ministério um servidor público do órgão assume o posto mais alto da pasta. A indicação para substituir José Pimentel no cargo veio depois de exercer a função de secretário-executivo do MPS por cinco anos. O que não falta para o novo ministro, 45 anos, casado e pai de duas filhas, é conhecimento na área. Gabas tem pós-graduação em Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade Federal de Madri Alcalá de Henares (Espanha), é especialista em Gestão de Qualidade, com foco no Atendimento do Serviço Público, pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de consultor e avaliador do Programa de Qualidade do Governo Federal em 2001 e em 2002, quando assumiu a Coordenação de Qualidade do projeto “Novo Modelo de Gestão do INSS”. Ele ingressou na Previdência por meio de concurso público para o cargo de agente administrativo do extinto IAPAS, que, junto com o INPS, deu origem ao INSS. Em 2003, assumiu a Superintendência Estadual do INSS em São Paulo e, em 2005, foi nomeado para a Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social. Em entrevista exclusiva à revista **Previdência Nacional**, Carlos Eduardo Gabas diz que o objetivo maior de sua gestão é consolidar o trabalho desenvolvido no Ministério nos últimos anos e abrir caminho para atingir as metas estabelecidas. Dentro deste projeto, o aspecto tecnológico é um dos desafios. “Nós fizemos todas essas mudanças, o agendamento eletrônico, a resolutividade no atendimento, ou seja, o reconhecimento do direito do trabalhador em até 30 minutos, a carta ao aposentado. Todo esse conjunto de mudanças foi trabalhado e implantado pela Dataprev”, afirma Gabas. Outro ponto importante da gestão apontado pelo atual ministro é o diálogo. Ele acredita que, ouvindo todos os atores envolvidos, é possível acertar mais e criar regras mais justas para os regimes próprios, por exemplo.

A portrait of a middle-aged man with dark hair, wearing a dark pinstriped suit jacket, a white shirt, and a red tie. He is smiling slightly and looking towards the camera. In the background, there are two flags: the Brazilian national flag (green, yellow, and blue) and a blue flag with white text that includes the word 'social'. The background is a wood-paneled wall.

'MINHA TAREFA AGORA É MUITO VOLTADA PARA A MANUTENÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS QUE NÓS ESTIPULAMOS AO LONGO DESSSES ANOS'



‘No caso dos regimes próprios, nossa orientação à equipe é que não se altere nenhuma regra sem discussão com os atores envolvidos’

agendamento eletrônico, a resolatividade no atendimento, ou seja, o reconhecimento do direito do trabalhador em até 30 minutos, a carta ao aposentado. Todo esse conjunto de mudanças foi trabalhado e implantado pela Dataprev.

PN - Dentro da estrutura da Previdência, muitos titulares de cargos foram alterados quando senhor assumiu a pasta. O que mudou no perfil dos novos integrantes e qual a orientação dada a eles, tanto em relação ao regime geral quanto ao regime próprio?

CEG - Na verdade, tivemos

Previdência Nacional - Até as eleições deste ano o senhor terá cerca de oito meses, pelo menos, de gestão. Que condução o senhor pretende dar ao Ministério? Quais os projetos que o senhor poderia indicar aos regimes próprios como prioridade de seu mandato?

Carlos Eduardo Gabas - O Ministério foi muito bem planejado ao longo do governo do Presidente Lula. Todos os ministros que por aqui passaram cumpriram muito bem a orientação do presidente. Eu fiquei grande parte deste período na Secretaria Executiva, contribuindo para o planejamento do que precisamos fazer de mudança na Previdência Social. Então, minha tarefa agora é muito voltada para a manutenção do cumprimento das metas que nós estipulamos ao longo desses anos. No final do ano passado, o ministro José Pimentel conseguiu deixar um plano de ação e um contrato de gestão com o INSS assinado. As metas estão sendo avaliadas trimestralmente e acompanhadas diariamente pelo presidente do INSS e por todos os gestores da casa. Temos convicção de que é possível chegar até o final do ano com o cumprimento dessas metas e, desta forma, consolidar os avanços que a Previdência Social conseguiu ao longo desses anos. Um dos grandes desafios nossos com relação à manutenção e consolidação dessas mudanças é o tecnológico. Nossa empresa de tecnologia, que é a Dataprev, já deu demonstrações muito claras de capacidade. Nós fizemos todas essas mudanças, o

duas alterações significativas. No caso do regime geral, o secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, passou a integrar a equipe da OIT – ele recebeu um convite para coordenar toda a área da América Latina e Caribe no setor de Previdência da OIT. E nós convidamos para substituí-lo o Fernando Rodrigues, que é um profissional estudioso desse tema, tem uma ampla formação no sistema de Previdência Social nesse campo. Ele dirigiu regimes próprios de Previdência e foi secretário de governo. Houve mudança também na Secretaria de Previdência Complementar, mas não ocorreu nenhuma saída. O que houve foi a criação da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), e quem era o secretário de Previdência Complementar, Ricardo Pena, passou a ser o superintendente da Previc. Nós convidamos também para vir compor a nossa equipe o Murilo Barella, que era diretor do Dest (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento) e tem formação na área de Economia e Gestão Pública. A orientação que nós demos para ambos é a mesma que demos também para os anteriores: que haja um diálogo permanente com a sociedade. No caso dos regimes próprios, por exemplo, temos várias discussões de alterações de regras, e a nossa orientação é a de que não se altere nenhuma regra sem discussão com os atores envolvidos.

PN - Qual a posição do Ministério em relação à legislação que tramita no Congresso para regulamentar as atividades insalubres, a questão das aposentadorias especiais?

CEG - Esse projeto foi discutido aqui no Ministério. Nós temos uma preocupação bastante grande de reconhecer o direito daqueles trabalhadores que ainda são submetidos a condições especiais. Fizemos várias modificações na legislação, criamos o nexo técnico epidemiológico, criamos o fator acidentário de prevenção, pois não queremos que a Previdência seja um mero instrumento de indenização por perda de capacidade laboral ou pelas mortes. Nós temos convicção de que a Previdência, aliada a outras políticas públicas, pode proporcionar uma política que proteja a saúde do trabalhador, que incentive as empresas a adequarem os ambientes de trabalho à realidade.

PN - Já foi feita alguma análise de impacto nos regimes próprios em relação, por exemplo, à falta de estabelecimento do critério de idade no projeto de aposentadoria especial da Casa Civil?

CEG - Olha, como eu disse, temos uma preocupação muito grande em proteger os trabalhadores, mas também temos uma preocupação em proteger a sustentabilidade do sistema. Nós não fizemos um cálculo direto de impacto dessa medida, mas ela foi discutida, sim, com a Casa Civil, e a conclusão a que nós chegamos é a seguinte: nós temos um segmento de trabalhadores que, por força de suas atividades, necessitam se aposentar antes porque são submetidos a um desgaste, a um risco e a uma perda contínua da capacidade laboral. Se há esse reconhecimento, não há como limitar a idade. O nosso cuidado foi o de restringir esse direito às categorias que são submetidas a esse desgaste. Isso foi bastante debatido.

PN - Como o senhor avalia os regimes próprios em relação ao volume financeiro que o setor alcançou? O senhor acha que está dentro do que o Ministério previa?

CEG - Houve um crescimento muito grande

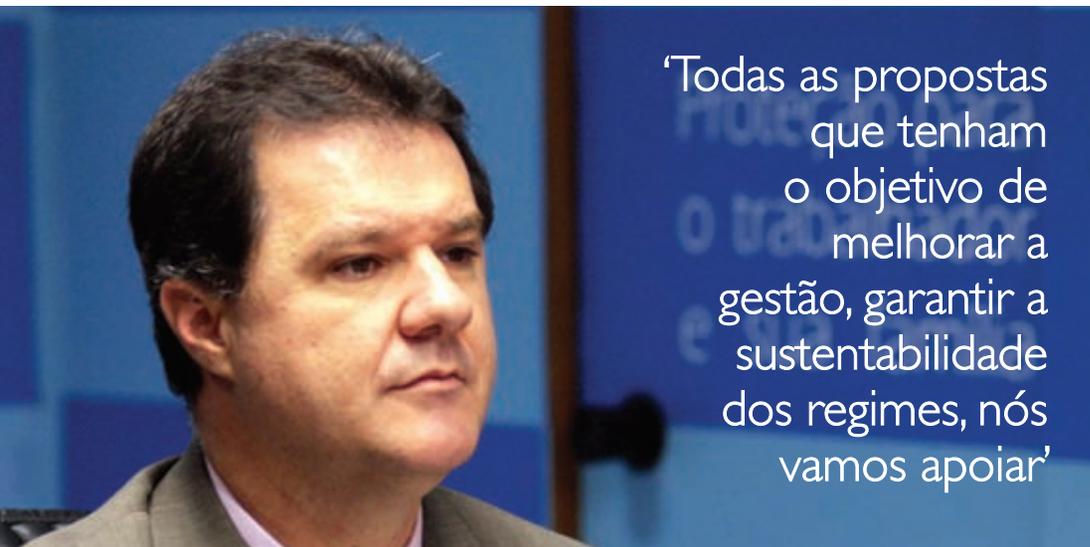
desse segmento e esse crescimento é fruto de um trabalho conjunto do Ministério da Previdência e as entidades que representam esses trabalhadores do serviço público que têm seu regime próprio. Nós conseguimos discutir e implantar regras que permitissem que os trabalhadores tivessem uma segurança maior para investir e optar por ter o regime próprio. O debate que nós temos feito é para que essa decisão seja tomada de maneira mais racional e seja amplamente discutida com os maiores interessados, que são os funcionários daqueles municípios. O nosso trabalho é de regulamentação, normatização, orientação e, depois, de fiscalização para que o dinheiro arrecadado seja muito bem aplicado. O nosso cuidado é para que haja uma governança, um controle social, capaz de acompanhar não só a arrecadação, mas os investimentos desses fundos para que tenham sustentabilidade, para que cresçam, tenham uma rentabilidade e possam fazer frente às aposentadorias e pensões que certamente virão no futuro.

‘Temos um segmento de trabalhadores que, por força de suas atividades, necessitam se aposentar antes porque são submetidos a uma perda contínua da capacidade laboral. Se há esse reconhecimento, não há como limitar a idade’



PN - Como o senhor vê a gestão dos regimes próprios e o que ainda é necessário para melhorar a qualificação dos RPPS?

CEG - A minha percepção é que esse segmento avançou muito em parceria com o Ministério, com as entidades, os gestores, os administradores municipais, estaduais. Eles têm tido uma participação bastante grande com a gestão desses fundos. É um processo de evolução que é contínuo,



‘Todas as propostas que tenham o objetivo de melhorar a gestão, garantir a sustentabilidade dos regimes, nós vamos apoiar’

está em discussão, é preciso uma alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos fazendo esse debate com alguns membros do Congresso Nacional e tenho convicção de que será possível avançar nesse tema.

PN - Isso seria possível este ano?

CEG - Não creio que seja possível esse ano porque, como eu disse, envolve uma discussão de alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. E esse ano nós temos uma situação muito delicada no Congresso Nacional, pois o calendário é muito estreito devido às eleições em outubro.

não deve parar. À medida que esses fundos vão crescendo, que a experiência aumenta, certamente nós vamos cada vez mais aperfeiçoando as nossas regras, criando melhores condições tanto para a gestão como para o participante dos fundos.

PN - Como o Ministério pretende trabalhar em relação às alterações requeridas pelos regimes próprios na área de investimentos, referentes à Resolução 3790? O Ministério concorda com as reivindicações apresentadas?

CEG - Como eu disse, esse é um processo de melhoria contínua. Todas as propostas que tenham o objetivo de melhorar a gestão, garantir a sustentabilidade dos regimes, nós vamos apoiar. Tivemos uma discussão, com a participação dos diretores da Abipem, da Aneprem e em outros fóruns de discussão, na qual entendemos que os fundos dos regimes próprios deveriam ter a possibilidade de emprestar dinheiro para seus participantes. Sabemos que esses participantes, no momento de uma necessidade, buscam empréstimo, seja no sistema financeiro convencional, seja em um sistema paralelo que todo mundo sabe que existe, agiotas e tudo mais, enquanto o fundo é obrigado a se limitar a investir dentro das alternativas que as regras impõem e, muitas vezes, são menos rentáveis que um empréstimo consignado. Eu tenho a convicção de que, se os fundos pudessem emprestar dinheiro para seus participantes, conseguiríamos reduzir a taxa. O risco é muito baixo porque a consignação é feita diretamente em folha e a rentabilidade do fundo também aumentaria. Então, esse processo

PN - Onde mais o Ministério está atuando para que haja segurança nos investimentos, qual o trabalho que pode ser feito para evitar casos de eventuais irregularidades?

CEG - As regras têm sido aperfeiçoadas ao longo do tempo. Agora, há muita coisa que devemos discutir e debater ainda. Ainda há, infelizmente, uma cultura, no caso de alguns gestores públicos, alguns prefeitos, de que o fundo é de propriedade do município e do Estado e que ele faz o que quiser com o dinheiro, e isso nós não admitimos. O Ministério tem convicção do seu papel, que é normatizador, é regulamentador e também fiscalizador. Estamos discutindo e ampliando o poder de normatização, fiscalização e proteção de todo esse sistema. Os fundos, as associações, as entidades representativas, tanto dos participantes quanto dos municípios, têm se preocupado e debatido essa questão. Temos convicção que tivemos avanços importantes e conseguiremos outros. Na minha visão, o desafio maior é o da cultura. Os gestores têm que se conscientizar de que o fundo não é deles, não pode ser usado para qualquer obra ou investimento do município, tem que haver a consciência de que esse dinheiro é do participante, é destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões e os demais benefícios que estão na regra de cada regime.

PN - Com a crise do ano passado, muitos municípios ficaram inadimplentes com seus regimes

próprios. O que o Ministério está fazendo em relação a esse problema? Haverá alguma possibilidade de parcelamento de valores devidos a partir de janeiro de 2009?

CEG - O enfrentamento da crise foi feito de forma muito serena pelo presidente Lula. O governo agiu de forma proativa, criou mecanismos que combateram os efeitos da crise. O Brasil foi um dos últimos a entrar e um dos primeiros a sair dessa crise. Estamos vendo o crescimento dos investimentos no País, temos convicção de que há um acerto nas nossas políticas sociais e no enfrentamento da crise como um todo. Agora, isso tudo tem um custo. Houve uma diminuição na arrecadação e nos repasses de municípios que tinham planejado investimento, tinham projetos, obras em andamento, e muitos deles deixaram de fazer o repasse aos fundos. O governo propôs para os municípios o parcelamento das contribuições não vertidas ao sistema até janeiro de 2009. Porém, as entidades argumentam que o efeito da crise se prolongou ao longo de 2009. Há uma reivindicação para que se reabra o parcelamento até o final do ano. Essa proposta deve ser feita ao Ministério da Fazenda. Eu não creio que haja hoje uma disposição da Fazenda em relação a essa possibilidade de parcelamento, mas, de qualquer forma, é possível aquele parcelamento convencional em até 60 meses.

PN - O senhor poderia avaliar, considerando a atual situação econômica nacional, qual foi a colaboração da Previdência no aspecto da distribuição de renda no Brasil?

CEG - A partir de 2003, com a visão do presidente Lula de que o País cresça e ao mesmo tempo distribua renda, foram criadas políticas capazes de enfrentar a crise. A PNAD mostra que esse conjunto de políticas tirou mais de 20 milhões de pessoas da linha de pobreza. Isso criou uma classe média de mais de 30 milhões de pessoas e, obviamente, estimulou o consumo, e esse mercado consumidor interno foi responsável pela manutenção do emprego e da produção no País durante a crise. Então nós temos convicção de que este é o modelo correto: crescer e redistribuir renda. A Previdência tem uma participação fundamental na distribuição de renda. Quando se fala na recuperação do salário mínimo, é importante lembrar que mais de 18 milhões de apo-



‘Tenho a convicção de que, se os fundos (dos regimes próprios) pudessem emprestar dinheiro para seus participantes, conseguiríamos reduzir a taxa (de juros)’

sentados e pensionistas recebem salário mínimo, então tiveram seus aumentos muito maiores do que a inflação e esse ganho fez com que houvesse uma acentuada distribuição de renda. Além disso, os regimes próprios, tanto os dos municípios quanto o regime complementar fechado, foram fundamentais na construção da poupança interna do País e essa poupança interna também foi fundamental na manutenção dos investimentos durante a crise. Nós sabemos que as instituições financeiras convencionais se retraem durante o período de crise. Você se lembra que em 2009 os bancos privados retraíram o crédito e foi preciso que o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES e outros bancos públicos se apresentassem como alternativa de manutenção do crédito. Ao mesmo tempo, os fundos foram fundamentais para a manutenção do investimento, na medida em que são alternativas para se continuar investindo e garantindo o crescimento do País.

Helmut vai para OIT e Fernando Rodrigues é o novo secretário



Rodrigues: aposentadoria especial e previdência complementar entre prioridades

Desde abril a Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência tem um novo titular. É Fernando Rodrigues da Silva, que antes ocupava o cargo de diretor de Segurança e Atendimento da PrevData (Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev). Ele substitui Helmut Schwarzer, que ocupou o cargo por sete anos e agora foi para a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Paulistano nascido em 1968, Rodrigues é graduado pela Faculdade de Direito de Guarulhos (Unimesp/FIG), foi diretor administrativo e financeiro (2003/2006) e em seguida presidente (2006/2009) do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Guarulhos (Ipref). Integrou também as Diretorias da Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipais (Aneprem) e da Associação Paulista de Entidades de Previdência Municipais do Estado de São Paulo (Apeprem).

“Após mais de cinco anos à frente de uma autarquia previdenciária de município, sei da responsabilidade e das obrigações de estar à frente de um RPPS”, afirma Rodrigues. Ele acrescenta que a missão de gerir a Previdência, seja de regime próprio seja do regime geral, é uma tarefa penosa, que exige dedicação. Rodrigues diz ainda que quer ampliar o diálogo com todas as partes que compõem os regimes próprios, além de re-

gime geral e Segurança e Saúde do Trabalhador, para a troca de experiências.

Segundo Rodrigues, a orientação do ministro é a de dar continuidade aos projetos e programas em execução. Ele destaca, porém, algumas questões que precisam ser tratadas de forma emergencial, como a eventual prorrogação do prazo para compensação previdenciária, a manutenção dos programas Proprev (Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social) e Prevmun (Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência), a aposentadoria especial e a Previdência Complementar para os servidores, dentre outros.

Já em seu novo cargo, Schwarzer explicou sua função no Departamento de Seguridade Social da OIT. Ele atua em conjunto com uma rede de especialistas de campo em seguridade social e de coordenadores de projetos de cooperação que a OIT tem nas Américas. Esses especialistas e coordenadores ficam lotados nos diversos escritórios regionais nas Américas e no Caribe. As novas atividades do ex-secretário envolvem ações como a promoção da ratificação da Convenção 102 da OIT, que estabelece padrões mínimos de seguridade social por todos os países das Américas – o Brasil ratificou e depositou a ratificação em 2009 –, assim como a promoção da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente das Américas, e a promoção do conceito de piso de proteção social proposto pelas Nações Unidas.



A PREVIDÊNCIA EM NÚMEROS

A Previdência na gestão Pimentel

Em março, ao se despedir do Ministério da Previdência Social, o então ministro José Pimentel disse que concluía seu trabalho à frente da pasta, iniciado em junho de 2008, “com a certeza de que é possível continuar construindo uma Previdência cada vez mais humana, inclusiva e solidária”. No balanço da gestão de Pimentel, que reassumiu o cargo de deputado federal (PT-CE) e vai disputar uma cadeira no Senado, dados divulgados pelo Ministério ressaltam pontos como a melhora no atendimento, o crescimento da arrecadação, o aumento no ganho real de aposentados e pensionistas e o avanço na cobertura previdenciária (*confira os dados nesta página*), além do Plano Estratégico da Previdência 2009-2015, que define metas para aprimorar o atendimento e os serviços à população, além de garantir o equilíbrio econômico do sistema no futuro.

Na área de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), os destaques foram para o avanço no patrimônio total, para R\$ 40 bilhões, a edição da Resolução 3790, que ampliou as opções de investimento no mercado financeiro, o lançamento do Cadastro Nacional de Informações Sociais dos regimes próprios CNIS-RPPS, iniciativas na área de certificação e as portarias 402 e 403, que estabeleceram novos parâmetros administrativos.

A agilidade na concessão de benefícios no regime geral foi considerada pelo Ministério um dos grandes feitos recentes. Hoje, salário-maternidade e aposentadoria a trabalhadores urbanos são concedidos em até 30 minutos e o serviço foi ampliado para mais de 5 milhões de trabalhadores rurais, segundo o Ministério, que também aponta redução no tempo médio para concessão de benefícios, de 180 dias, em 2003, para 24 dias, em dezembro passado. Também mereceram menção do Ministério, além dos dados em destaque nesta página, os acordos previdenciários internacionais, que hoje beneficiam 2,3 milhões de brasileiros no exterior, e a média mensal de perícias médicas realizadas pelo INSS, atualmente em 600 mil. PN

- **R\$ 179,9 bilhões**
foi a arrecadação da Previdência Social em 2009, a maior da série histórica, superando a despesa com pagamento de benefícios
- **R\$ 228,2 bilhões**
foi o valor injetado na economia brasileira pela Previdência com pagamento de benefícios em 2009
- **20,2%**
foi o crescimento real do valor médio dos benefícios previdenciários, comparado com 2002
- **27 milhões**
de benefícios são pagos todos os meses pela Previdência Social desde dezembro de 2009
- **65,9%**
é taxa de cobertura previdenciária brasileira, conforme levantamento de 2008
- **55,3 milhões**
é o total de pessoas em idade economicamente ativa protegidas pela Previdência, conforme dado PNAD/IBGE de 2008
- **82% dos idosos**
brasileiros, ou mais de 17,2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, têm proteção previdenciária

Migração em massa

Regimes próprios transferem recursos da renda fixa para os fundos IMA, mesmo depois de o governo baixar portaria adiando o início da fiscalização do enquadramento à Resolução 3790

Carlos Vasconcellos

“Já estamos enquadrados”, diz Osvaldo Franco, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do município mineiro de Pará de Minas. “Todos os nossos recursos estão em fundos atrelados aos índices da Anbima (IMA) ou a outras opções permitidas pela Resolução 3790 do Conselho Monetário Nacional.” O instituto mineiro não é o único. Segundo executivos do setor bancário, a migração de recursos da renda fixa para os fundos IMA tem sido grande nos últimos meses, apesar de o Ministério da Previdência Social ter adiado o início da fiscalização da adequação – que seria no final de março – para junho do ano que vem, por meio da Portaria 345, editada no apagar das luzes de 2009.

Conforme essa portaria, o instituto que não cumprisse a norma no prazo estabelecido estaria livre de sanções do Ministério até a nova data limite. Ou seja, não perderia o direito ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) caso não aplicasse pelo menos 70% dos seus recursos de renda fixa para fundos de investimento atre-

lados ao IMA e seus subíndices. Ao que parece, a medida não freou a procura dos gestores de RPPS pelos novos fundos.

O gerente de investimentos do Bradesco Aldo José da Silva confirma a movimentação dos institutos em direção à nova modalidade de investimento. “Estamos a todo vapor”, diz. “Já temos três fundos IMA e nossos clientes no segmento de regimes próprios têm aderido em grande número.” Alberto Corrêa, gerente executivo da Unidade de Gestão Previdenciária do Banco do Brasil, diz que a migração dos recursos para os fundos atrelados ao IMA tem sido grande. “Pelo visto o pessoal está preferindo se adaptar agora em vez de esperar. Nossa captação cresceu 10% desde o lançamento da nossa família de fundos IMA”, conta. “O desempenho só não supera nossas expectativas porque esperamos sempre mais.”

Mas por que os gestores de RPPS estão se apressando em aderir a um investimento mais complexo e volátil do que a tradicional renda fixa atrelada ao CDI, se o prazo de adaptação foi estendido? A resposta é: por cautela. Os ad-



Aldo Silva,
do Bradesco:
‘Estamos a
todo vapor’

ministradores consideram que a Portaria 345 do Ministério da Previdência Social não tem força jurídica para se sobrepor à Resolução 3790 do Conselho Monetário Nacional.

“A portaria relaxou o prazo, mas na verdade isso é ilegal”, avalia Cleuton Sanches, diretor do Conselho do Instituto de Previdência do Município de Indaiatuba, no interior de São Paulo. Segundo ele, os investimentos do instituto já estão praticamente todos enquadrados na nova regra. “Se você não cumprir a resolução, o Tribunal de Contas pode considerar irregular a prestação de contas do instituto. E isso vai depender da interpretação de cada tribunal. Aqui em São Paulo, por exemplo, o TCE costuma ser bastante rigoroso”, observa.

Franco, do instituto de Pará de Minas, afirma que não deseja correr riscos legais. “Já estávamos com tudo pronto dois meses antes do prazo estabelecido na resolução (31 de março)”, conta. “Fico mais tranquilo desse jeito.” A adaptação de todos os investimentos dos regimes próprios à Resolução 3790 também é uma recomendação

No Banco do Brasil, captação cresceu 10% desde o lançamento da família de fundos IMA

oficial da Abipem (Associação Brasileira dos Institutos de Previdência de Estados e Municípios) a seus membros.

Para João Figueiredo, conselheiro da associação, ao agir dessa forma não há qualquer margem para interpretação ou ambiguidade na aplicação das regras. “Com 100% dos recursos enquadrados na resolução, o risco é zero”, afirmou, durante mesa redonda com executivos do setor financeiro, no seminário da associação em Belo Horizonte, no começo de março. “Em sete anos trabalhando no setor, nunca vi o Tribunal de Contas fiscalizar esse tipo de detalhe, mas o risco existe, por isso damos essa orientação, tanto na Abipem quanto na Apeprem (Associação Paulista dos Institutos



Franco, do instituto de Pará de Minas: 'Estamos enquadrados'

Gestores se antecipam por cautela, diante do risco de portaria não ter poder para se sobrepor à resolução

de Previdência Municipais).”

Sanches lembra, no entanto, que nem sempre a adaptação é simples. “O prazo foi muito curto, mesmo para os bancos”, diz. “A resolução foi editada em setembro e alguns deles só ofereceram fundos adequados ao IMA em março.” Outro obstáculo para os gestores foi o item que exige que os regimes próprios não tenham uma parcela superior a 30% do patrimônio total de cada fundo IMA onde apliquem seus recursos. “Isso tornou mais difícil essa adaptação, especialmente para os gestores que contavam com um volume mais alto de recursos. Como não havia tantos fundos disponíveis no mercado, o enquadramento na regra ficou mais complicado”, avalia.

Em alguns casos, os bancos lançaram produtos novos especialmente voltados para os RPPS. Em outros, mudaram as regras de fundos existentes

por meio de assembleias de cotistas, adaptando esses investimentos às normas estabelecidas pela 3790. Esta última estratégia foi usada pelo banco BNP Paribas para oferecer alternativas de investimento aos clientes do segmento de regimes próprios. “Optamos por mudar o regulamento dos fundos IMA que já tínhamos”, conta Eduardo Loverro, diretor da área de investimentos do banco francês, acrescentando que cerca de 90% dos clientes do banco no segmento de RPPS já migraram para essas aplicações.

Loverro explica que a empresa já trabalhava com fundos IMA antes da resolução, oferecendo esses produtos a outros investidores institucionais. “Ao manter os fundos existentes, nós preservamos o histórico de rentabilidade e o rating, que dão mais segurança aos investidores e que não estariam presentes em um fundo novo, além de assegurar um volume de patrimônio maior”, diz. Alberto Corrêa, do Banco do Brasil, conta que o banco criou um fundo e adaptou outros três para atender à exigência. “Hoje oferecemos dois fundos IMA e dois IRFM, exclusivamente para o segmento de regimes próprios”, diz. “A vantagem dessa exclusividade é dar mais liquidez ao investimento.”

Corrêa é um defensor das medidas adotadas pela Resolução 3790. “Há rumores de que o Ministério da Previdência pode fazer alguns ajustes em breve”, diz. Ele acredita que, se não fosse essa especulação, talvez a adesão aos fundos IMA tivesse sido ainda maior. “Ficam dizendo que o CDI vai voltar, mas o CDI nunca deixou de ser permitido. Se mudarem alguma coisa, acho que vai ser para aprimorar o mercado, mas esses boatos são pura desinformação.”

Já Aldo José, do Bradesco, acredita que a resolução exagerou na medida ao impor um limite mínimo de 70% dos recursos de renda fixa nos fundos IMA. “Se sair uma nova resolução, es-

Foto: divulgação



Corrêa, do Banco do Brasil: 'Desempenho só não supera nossas expectativas porque esperamos sempre mais'

pero que deixem o IMA como opção de investimento, mas que não seja praticamente a única em renda fixa.”

Porém, enquanto uma nova resolução não muda o panorama, o negócio é se acostumar com as características do novo indicador. De fato, alguns gestores de RPPS tinham receio de que a volatilidade do novo investimento pudesse causar prejuízos. Afinal, muitos regimes próprios faziam retiradas da renda fixa para cobrir necessidades imediatas de caixa e temem perder dinheiro em caso de flutuações negativas dos novos fundos.

Loverro, do BNP, acredita que o temor é infundado, mas é que preciso uma gestão consciente para evitar prejuízos. “É preciso saber jogar com essa margem de 30% dos recursos da renda fixa que a regra permite que seja investida em fundos atrelados ao CDI”, diz ele. Apesar da maior volatilidade apresentada pelos fundos IMA, muitos executivos financeiros apostam que o indicador veio para ficar.

O próprio Loverro é um deles. Ele acredita que os índices Anbima vão substituir o CDI como

principal parâmetro do mercado de renda fixa. E diz que a mudança será saudável para os regimes próprios. “Ter o IMA como alvo não é ruim para o setor”, afirma. Segundo o executivo, no longo prazo o investimento apresenta mais oportunidade do que risco para os gestores.

Corrêa, do BB, acrescenta que essa flutuação exige dos gestores de RPPS uma nova postura. “Não se pode cair no imediatismo”, afirma. “Não pode olhar a rentabilidade de um dia ou de um mês. Tem que analisar pelo menos uns três anos.” Loverro concorda: “Quem é afoito realiza prejuízos”, diz. O executivo observa, no entanto, que a volatilidade dos fundos IMA está um degrau acima dos fundos atrelados ao CDI, “No entanto, o investimento ainda é mais estável que outras modalidades permitidas aos gestores de RPPS, como os fundos multimercado ou de renda variável.”

Loverro, do BNP, compara o IMA a um termômetro. “Ele sobe e desce de acordo com a inflação e os juros, mas é como uma febre: você precisa estar atento às causas para saber que



Foto: Elandro Figueira

Sanches, do RPPS de Indaiatuba: 'Portaria relaxou o prazo, mas na verdade isso é ilegal'

rumo tomar", diz. "Você pode vender e comprar cotas aproveitando as altas e baixas para se capitalizar, mas sempre de olho no longo prazo. Se houver uma baixa perto do fim do prazo de vencimento, o melhor é esperar e resgatar a cota pelo juro contratado."

Os executivos financeiros também recomendam aos administradores de RPPS olhar bem os papéis que compõem a carteira dos fundos IMA. Alguns carregam apenas títulos públicos, outros possuem títulos de empresas privadas nas carteiras, o que aumenta o risco. "Nossos fundos são exclusivamente compostos por títulos públicos federais", diz Corrêa, do Banco do Brasil. "Foi uma opção tomada justamente para evitar que o risco de nossos fundos IMA subisse muito", explica.

Diante da volatilidade maior apresentada pelos fundos IMA, os gestores financeiros acreditam que os institutos de Previdência terão

Em alguns casos, bancos lançaram produtos voltados exclusivamente para RPPS

de prestar mais atenção. Apesar de atrelados a papéis de longo prazo, esses fundos apresentam fortes oscilações no dia a dia. A perspectiva de alta de juros no curto prazo, por exemplo, pode fazer cair o valor das cotas. "Na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), em março, todos os analistas apostavam que os juros subiriam, mas eles não subiram", lembra Aldo José, do Bradesco.

O Banco Central evitou a medida em março usando alguns estratagemas, como aumentar o valor do compulsório cobrado aos bancos e tirar dinheiro do mercado para controlar a inflação. Em abril, porém, o Copom elevou a Taxa Selic para 9,5% ao ano, como forma de conter o aquecimento da economia e das pressões inflacionárias. Ainda assim, isso não chega a assustar os gestores financeiros dos bancos. "O fato é que a Selic não vai disparar da noite para o dia, assim como a cota dos fundos IMA também não deve despencar de uma hora para a outra", pondera Aldo José. "Mas é bom os gestores de RPPS ficarem de olhos bem abertos."

O professor de finanças do IBMEC Rio Paulo Di Blasi explica essas flutuações. Geralmente, enquanto os juros mais altos derrubam as cotas, a perspectiva de alta da inflação eleva o ganho dos fundos IMA. "Analisando o histórico dos fundos disponíveis, percebemos que este ano eles estão rendendo bem. Por quê? Porque a inflação disparou", diz. "E no ano passado eles também renderam bem. Por quê? Porque o juro caiu."

Para 2010, por causa da perspectiva de elevação da Selic, Di Blasi aponta um cenário menos previsível. E recomenda: "Em caso de oscilação, não entrem em pânico nem antecipem o resgate das cotas, pois perderão dinheiro." Franco, do Instituto de Pará de Minas, tem seguido o conselho. "Acompanho toda semana, pela CVM (Comissão

de Valores Mobiliários)”, conta o gestor. “Um dia ou outro, há rendimento negativo, mas na média está rendendo bem.

Essa frieza, no entanto, não quer dizer esquecer apenas o dinheiro parado e deixar para lá. “Se necessário, migro os recursos de um banco para outro”, diz Franco. “Estamos falando de um bom volume de investimentos. Nosso instituto tem R\$ 27 milhões em aplicações, qualquer mudança insignificante pode representar uma perda razoável”, justifica.

Apesar das expectativas de alta nos juros e inflação mais elevada, Loverro, do BNP, acredita que este vem sendo um bom ano para quem entrou nos fundos IMA. “Na verdade, o melhor momento talvez já tenha até passado, mas a hora ainda é oportuna”, diz. Ele explica que o mercado já jogou essa expectativa de alta dos juros no preço dos papéis e, portanto, quando os juros subirem de fato, o preço vai se ajustar. “Além disso, a expectativa no médio e longo prazo dos juros ainda é de baixa.”

“Por outro lado, também não dá para ficar especulando demais sobre qual a hora de migrar

para os fundos IMA. Esse é um investimento em papéis com vencimentos que chegam até 2045”, explica o executivo. “Na verdade, à medida que as economias local e global se estabilizarem, a chance de haver cotas negativas nesses fundos cairá consideravelmente.”

Em relação às perspectivas para 2010, Corrêa, do Banco do Brasil, acredita que, por mais que os fundos IMA normalmente tenham uma rentabilidade acima da renda fixa tradicional, eles não serão suficientes para garantir o cumprimento das metas atuariais deste ano. “A expectativa do mercado é que a inflação pelo IPCA feche o ano em 5,5%”, diz. Se a previsão se confirmar, a meta ficaria em 11,5% em 2010, o que, segundo o executivo, seria difícil de alcançar sem uma diversificação maior dos investimentos. “Se a inflação fosse mais baixa, talvez os fundos IMA pudessem garantir os objetivos dos gestores de regimes próprios”, especula Corrêa. “Mas acho que haverá a necessidade de orientar parte dos recursos para a renda variável, para atingir esse alvo.”



Foto: Raul Junior

Figueiredo, da Abipem: ‘Com 100% dos recursos enquadrados na resolução, o risco é zero’



SOLUÇÕES EM INVESTIMENTOS

APLICAÇÕES DIRETAS EM TÍTULOS PÚBLICOS

- Intermediação de Títulos Públicos (LTN, LFT, NTN-C, NTN-B, NTN-F e TDA)
- Aplicações em Fundos
- Administração de patrimônio de pessoas físicas e jurídicas.

SAGRES D.T.V.M Ltda.

Tel.: (55 11) 3815.3900 / Fax: 3032.9324

E-mail: rendafixa@sagresdtvm.com.br | www.sagresdtvm.com.br
Rua Eugênio de Medeiros, 242 – Térreo – Pinheiros – CEP 05425-000
São Paulo – BR



30 ANOS

Aposentadoria à americana

Brasil fecha com os Estados Unidos seu maior acordo previdenciário internacional, que permitirá a 1,3 milhão de brasileiros incluir na aposentadoria o valor pago à seguridade social americana

O Brasil firmou no fim de fevereiro com os Estados Unidos um acordo previdenciário que vai beneficiar a maior comunidade de brasileiros no exterior - formada por cerca de 1,3 milhão de pessoas -, e também os cerca de 60 mil americanos residentes no País. A parceria permitirá aos cidadãos dos dois países computarem as contribuições previdenciárias feitas aos dois sistemas quando for feito o cálculo de aposentadoria por idade ou por invalidez e na solicitação de pensão por morte.

Foi o maior acordo internacional fechado até hoje pelo Ministério da Previdência Social, tanto pelo número de brasileiros que passarão a contar com benefícios sociais como pelo impacto nas relações comerciais bilaterais, já que é um incentivo importante para o desenvolvimento econômico e a formalização das relações de trabalho. Já estão definidas também as regras de operacionalização do acordo. No entanto, para entrar em vigor a legislação depende ainda da assinatura dos presidentes dos dois países e da ratificação pelos Congressos americano e brasileiro. No Ministério a expectativa é que esses trâmites sejam concluídos ainda em 2010 e o acordo passe a vigorar já em 2011.

Também serão beneficiados os trabalhadores deslocados temporariamente entre Brasil e EUA, desde que por um prazo de até cinco

CONFIRMADAS A SANÇÃO DOS PRESIDENTES
E RATIFICAÇÃO DOS CONGRESSOS ESTE
ANO, ACORDO ENTRA EM VIGOR EM 2011



ACERTOS BILATERAIS



10

ACORDOS JÁ ESTÃO EM VIGOR:

- Argentina
- Uruguai
- Paraguai
- Portugal
- Espanha
- Itália
- Chile
- Grécia
- Cabo Verde
- Luxemburgo



6

ACORDOS AGUARDAM SANÇÃO DO GOVERNO E/OU RATIFICAÇÃO DO LEGISLATIVO:

- Québec
- Canadá
- EUA
- Japão
- Bélgica
- Alemanha



3

ACORDOS TÊM PRIORIDADE NAS PRÓXIMAS NEGOCIAÇÕES:

- Suíça
- Reino Unido
- França

O Brasil também integra o acordo Ibero-Americano, que reúne 22 países e aguarda formalização

Fonte: Ministério da Previdência Social

anos. Eles poderão continuar contribuindo em seus países de origem, evitando a bitributação previdenciária que ocorre atualmente.

O secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social na época em que foi fechado o acordo, Helmut Schwarzer, estima que de 40% a 50% dos brasileiros residentes nos Estados Unidos já estejam com sua situação legalizada ou em vias de regularizá-la, podendo ser beneficiados assim que a legislação entrar em vigor. Em março deste ano, Schwarzer deixou o cargo para ocupar o posto de especialista sênior em Seguridade Social das Americas na Organização Internacional do Trabalho (OIT). O novo secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério é Fernando Rodrigues, que dirige o fundo de pensão da DataPrev, o PreviData.

Acerto com os EUA prevê aposentadoria por idade ou por invalidez e pensão por morte

Nas parcerias previdenciárias internacionais, a aposentadoria ou pensão é paga pelo país em que a pessoa trabalha, proporcionalmente ao tempo de contribuição do beneficiário ao seu sistema. E os itens envolvidos na cooperação variam conforme as leis de cada nação. O acerto com os EUA abrange apenas três tipos de benefícios, mas há acordos bilaterais que incluem, por exemplo, salário-família ou auxílio-doença. Ainda em fevereiro o Brasil concluiu as negociações para um acordo previdenciário com o Japão e com a província canadense do Québec, que tem autonomia constitucional. As demais regiões do Canadá já haviam firmado a parceria em novembro de 2009. Até o fim deste ano os governos esperam ratificar o texto e obter o aval parlamentar.

No caso do Japão, terceiro país com o maior número de residentes brasileiros (o segundo é o Paraguai), falta definir detalhes de operacionalização para que o documento possa ser assinado e depois encaminhado aos Legislativos. A expectativa de Schwarzer é que entre em vigor em 2011, garantindo proteção aos cerca de 280 mil brasileiros vivendo no Japão e 90 mil japoneses

Brasil também concluiu negociações com Japão e a província canadense de Québec

no Brasil. O valor pago no Japão será computado no cálculo dos benefícios de aposentadoria por idade, invalidez e pensão por morte. Para se beneficiarem do acordo os residentes atualmente no Japão que decidirem retornar de vez ao Brasil não poderão mais pedir o reembolso das contribuições previdenciárias recolhidas durante o período de trabalho. A lei japonesa permite que, ao deixar o país, eles saquem o valor de até três anos de contribuição, e a grande maioria faz isso. Ficou acertado também que poderão ser beneficiados aqueles que já residiram no Japão e retornaram antes da formalização da parceria, desde que não tenham resgatado as contribuições à seguridade social.

Como no acordo com os EUA, a cooperação com o Japão também permitirá que trabalhadores transferidos por suas empresas continuem contribuindo no país de origem no prazo de até cinco anos, mas com possibilidade de prorrogação por mais três anos em certas situações. Outras parcerias recentes importantes foram com a Bélgica e a Alemanha, no final de 2009, beneficiando cerca de 132 mil brasileiros e 32 mil belgas e alemães. Dependem apenas do aval dos três Legislativos. A cooperação com a Alemanha, a maior economia da União Europeia, foi um marco importante para o Brasil porque abrirá as portas para outros pactos no âmbito do bloco.

Estão em vigor atualmente acordos previdenciários com dez países, abrangendo cerca de 700 mil brasileiros ali residentes. São eles: Argentina, Uruguai e Paraguai (no âmbito do Mercosul), Portugal, Espanha, Itália, Chile, Grécia, Cabo Verde e Luxemburgo. O Brasil também participou da formação, em 2009, do Acordo Iberoamericano de Seguridade Social, que envolve 22 países. Para entrar em vigor o texto precisa da adesão oficial de pelo menos sete nações. Até março, cinco já haviam cumprido os trâmites para a formalização e outras duas estavam com o processo em andamento. Portanto, a previsão é que entre em vigor ainda em 2010.

Schwarzer: cerca de 50% dos brasileiros residentes nos EUA já estariam em condições de obter benefício



Foto: Victor Soares ACS/MPS

Trabalhadores temporários nos dois países também serão beneficiados

Segundo o Ministério, a prioridade este ano é o fechamento de parcerias com Reino Unido, França e Suíça, onde há grandes comunidades de brasileiros, totalizando cerca de 300 mil pessoas. Para Schwarzer, os acordos internacionais são, acima de tudo, uma forma de garantir os direitos dos trabalhadores num contexto de globalização. “Há tratados ou projetos de tratados internacionais normatizando e protegendo fluxos de comércio, finanças, propriedade industrial e investimentos”, observa o secretário. “Os acordos internacionais de Previdência, por sua vez, protegem os direitos sociais e trabalhistas daquelas pessoas envolvidas no crescente fluxo migratório que ocorre atualmente em todo o mundo.”



Jorge Félix, 42 anos, é jornalista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP, onde integra o Núcleo de Pesquisas para o Desenvolvimento Humano (PDH)

O custo do preconceito

Jorge Félix

Na Roma de Augusto, no século 14 d.C., o cidadão era considerado adulto aos 12 anos de idade, quando passava a incidir sobre seus rendimentos o *tributum capitis* (um imposto individual), cobrado até os 65 anos. Nessa idade o indivíduo assumia o papel de ancião e era respeitado pela experiência adquirida ao longo do tempo, ficando assim isento de contribuir à sociedade, pois mais oferecia com seu conhecimento do que usufruía do Estado, no entender da legislação do primeiro imperador romano. A distinção dos idosos na sociedade, porém, é bastante anterior, data de 2.300 anos antes de Cristo. O Código de Hamurabi, em exposição no museu do Louvre, em Paris, contém várias formas de consideração e direitos específicos dos idosos. Na sociedade primitiva, os idosos recebiam, por exemplo, os melhores pedaços da caça. Outros povos, no entanto, sacrificavam seus idosos. Legalmente. Na Islândia, a morte dos incapacitados era lei sob a justificativa de proteger a sociedade dos membros supérfluos.

O idoso foi tradicionalmente associado à aposentadoria, dependência e inutilidade. Mas um novo paradigma se faz necessário para orientar programas e políticas públicas diante do fenômeno do envelhecimento populacional. É preciso reconhecer que, cada vez mais, as pessoas permanecem independentes na idade mais avançada e, sobretudo em países desenvolvidos, os trabalhadores acima de 60 anos continuam a participar da força de trabalho. A nova dinâmica da população brasileira impõe uma prorrogação da fase laboral. As políticas públicas, todavia, devem trabalhar a favor de um processo de convencimento e criar condições sociais, econômicas e legais para a sociedade atingir o objetivo de adiar a aposentadoria sem fazer concessões, entregar

direitos ou ampliar a desigualdade social. Este debate, no Brasil, sempre foi travado sob o ponto de vista apenas fiscalista – de olho no déficit do sistema de Previdência Social – e num tom que só faz ampliar o preconceito ao idoso, o que os americanos batizam de “ageism” (ou “idosismo”). Por aqui, ora os aposentados são “vagabundos”, ora são “gatões de meia-idade” por deixarem o trabalho dentro da idade que permite a lei.

Esse preconceito amplia o que a antropóloga Barbara Meyerhoff chama de “morte pela invisibilidade” e tem um custo econômico. Um exemplo: apenas 18 das 89 estações de trem de São Paulo são adaptadas para quem tem dificuldade de locomoção. Não vamos citar aqui as calçadas, ônibus adaptados etc. Vamos citar apenas um dado sobre os idosos que caem e quebram o fêmur. Cerca de 20% deles morrem dentro de um ano após o acidente. Seja dentro de casa ou na rua, a queda é resultado de uma falta de adaptação do espaço para o idoso. Ele muitas vezes é invisível também para a família. E quanto custa esse preconceito? É difícil de mensurar. Mas alguns países ricos já estão fazendo a conta, tal o impacto do envelhecimento populacional em suas economias. A ministra da Igualdade Social da Grã-Bretanha, Harriet Harman, chocou o país ao dizer que os britânicos perdem mais de 30 bilhões de libras por ano com o preconceito ao idoso (22% da população) no mercado de trabalho. A solução foi apressar a votação de uma Equality Bill (lei de igualdade) que tramita no parlamento. O Brasil tem hoje 11% da população com mais de 60 anos. Em vez de só olhar para as regras e os custos, o País deveria perceber que adiar a aposentadoria depende de muito mais fatores do que apenas a vontade do indivíduo. É um papel de toda a sociedade. 

PREVIDÊNCIA NACIONAL

A revista onde você encontra o mais qualificado material jornalístico sobre os Regimes Próprios de Previdência Social.



Pátria Editora

www.patriaeditora.com.br

Cidadania digital

Uso de tecnologia da informação muda o perfil de municípios em grandes centros e em pequenas regiões, impulsionando a economia e proporcionando expressivos avanços nas áreas sociais

Maria Teresa de Souza

Para boa parte da população brasileira o conceito de “cidade digital” já deixou de ser coisa de filme de ficção científica para se transformar em serviços, negócios, diversão e, sobretudo, mais qualidade de vida. Investimentos de governos federal, estaduais e municipais, como também de empreendedores locais, estão levando a tecnologia da informação e comunicação para bem perto de casa, esteja ela na zona rural de Promissão, em São Paulo, na moderna Porto Alegre, ou na pioneira Pirai, no sul fluminense, premiada internacionalmente pelo avanço de seu programa de informatização, que permite a cada um dos alunos de suas 21 escolas da rede pública ter laptop em sala de aula, uma iniciativa que resultou em melhora substancial no aprendizado. Embora ostente o título de oitava economia do mundo, o Brasil ainda está bem atrasado em qualidade e disseminação da tecnologia da informação. Um levantamento da universidade britânica de Oxford e da espanhola Universidade de Oviedo mostrou que, em termos de qualidade dos serviços, a banda larga no Brasil ocupava em 2009 a 53ª posição num total de 66 países. Há muito por fazer, mas também não se pode negar que projetos bem-sucedidos estão surgindo e se consolidando pelo

País, mostrando que os investimentos em tecnologia rendem inúmeros benefícios, sobretudo nas áreas de educação e saúde.

De modo geral, cidade digital é um conceito que se refere à cobertura de toda uma área urbana por infraestrutura de telefonia e de acesso público à internet, propiciando à população desfrutar das novas tecnologias de comunicação e informação. O governo federal programou, até o fim de 2011, a instalação de telecentros comunitários – unidades com serviços básicos de uma lan house –, em todos os 5.564 municípios (atualmente, 5.476 dispõem da rede, segundo o Ministério das Comunicações). A conexão de alta velocidade é estabelecida com um ponto do município via link de satélite ou de fibra óptica. Cabe à prefeitura estender o serviço para os usuários, as escolas e outros órgãos da administração municipal.

O Plano Nacional de Banda Larga, em estudo no governo federal, prevê investimentos públicos e privados estimados em R\$ 75 bilhões nas redes de telefonia até 2014 e a extensão de banda larga de pelo menos 1 Mbps a todos os municípios brasileiros, a preços acessíveis. Vários Estados também vêm investindo na melhoria das telecomunicações e os municípios mais arrojados adotam estratégias



Em Piraí, cidade de 22 mil habitantes no Rio de Janeiro, cada um dos 6.200 alunos da rede pública dispõe de um computador portátil com acesso à internet

próprias, criativas, para o uso e disseminação da tecnologia de informação e comunicação.

Thiago Confal Chagastelles, gerente comercial do Guia das Cidades Digitais & Network Eventos - portal de internet (www.guiadascidadesdigitais.com.br) dedicado a prestar informações a gestores públicos e empreendedores sobre a construção as cidades digitais-, o importante é que os projetos busquem a criação de um ambiente digital favorável à gestão, ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico e oferecimento de serviços aos cidadãos. O Guia divulga experiências de sucesso em todo o Brasil que demonstram que o uso da internet reduz custos com telefonia nas secretarias, escolas e postos de saúde, agiliza os serviços da administração pública, facilita a integração da área rural com o centro urbano e reduz os deslocamentos - caso dos cursos à distância. “Este caminho é o futuro da administração pública brasileira. Com um projeto apropriado e um modelo de negócios adequado, que garanta a sustentabilidade, é possível criar uma cidade digital que permita a eficiência governamental na administração pública e benefícios para a população”, enfatiza Chagastelles.

Um dos exemplos está no município paulista de Promissão. Com apenas 37 mil habitantes, dos quais mais de 80 por cento na área urbana, a cidade já sente os benefícios do investimento em tecnolo-

Até 2011, governo federal planeja instalar telecentros comunitários em todos os municípios brasileiros

gias da informação e comunicação, que começou pela estrutura da administração pública em 2005. Hoje Promissão tem também um Telecentro Comunitário, que é parte do programa de inclusão digital do governo federal, e uma unidade do Acesso São Paulo, iniciativa do governo estadual, além do Projeto Municipal Internet Gratuita - Banda Larga, desenvolvido com recursos próprios. “Além de trazer benefício econômico para o município, o projeto propicia inclusão digital às famílias sem condições de pagar um provedor particular, para que possam se beneficiar dessa importante tecnologia”, explica o prefeito Geraldo Chaves Barbosa, que estima em cerca de 2 mil os moradores beneficiados pelo programa, iniciado em maio de 2008 na malha urbana e rural. O sinal chega aos servidores por fibra óptica e depois é enviado a várias torres de transmissão.

Segundo o prefeito, são investidos no projeto de internet gratuita cerca de R\$ 30 mil mensais. Em compensação, a arrecadação de Imposto Predial e Territorial urbano (IPTU) aumentou 14%. Isso



Chagastelles: projetos apropriados e modelos de negócios adequados proporcionam maior eficiência na administração pública e mais benefícios para a população

Internet reduz custos com telefonia, acelera serviços da administração e integra áreas rurais e urbanas

porque a prefeitura decidiu fornecer a conexão livre apenas aos moradores que estão com o imposto em dia ou em negociação para quitação dos atrasados. Outra iniciativa criativa foi exigir, como contrapartida do morador, que sejam eliminados potenciais focos de dengue da área da residência. Resultado: o acréscimo na arrecadação do IPTU permitiu à prefeitura investir mais em saúde, educação, obras públicas, cursos online e outros serviços. E o setor de saúde conseguiu reduzir os casos de dengue na cidade.

Pioneira no Brasil na oferta da internet banda larga gratuita aos moradores, a fluminense Pirai, de 22 mil habitantes, acumula agora um novo título no campo tecnológico: é a primeira a entregar um computador portátil (modelo Classmate, da Intel, com o sistema operacional Linux, o software livre) a cada um dos 6.200 alunos de sua rede pública – e com conexão à internet, claro. A informática veio acompanhada de um projeto educacional para garantir o uso adequado da tecnologia em sala de aula. Resultado: dados do Ministério da Educação indicam que, numa escola de Pirai onde os alunos já dispunham de laptops havia três anos, a nota média quase dobrou na última avaliação de rendimento escolar e a evasão escolar caiu bastante.

Pirai interligou os órgãos da administração pública e está atualmente informatizando todos os serviços

na área de saúde, tais como agendamento de consultas e exames. Nos casos de doenças mais graves, os médicos locais podem consultar por teleconferência via internet professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

O Projeto Pirai Digital começou a tomar corpo em 2003 com recursos dos governos estadual e federal, que escolheram algumas cidades para um programa de inovação na educação. O Estado entrou com R\$ 4 milhões para a compra de equipamentos e a prefeitura investiu cerca de R\$ 1,3 milhão na aquisição de servidores, infraestrutura nas escolas, treinamento e compra de computadores para os professores. O projeto também integra o programa Cidades Digitais do governo federal, que destinou R\$ 2 milhões para a infraestrutura, com contrapartida de R\$ 200 mil da prefeitura. A cidade, toda coberta por internet banda larga, utiliza fibra óptica e uma rede de Wi-Fi.

Em 2005, Pirai recebeu o prêmio Top Seven Intelligent Communities, em Nova York, por se enquadrar entre as sete cidades mais avançadas no mundo na disseminação da tecnologia da informação para a população. É a única cidade brasileira com o prêmio.

Os grandes centros também se destacam. Porto Alegre é, sem dúvida, um modelo de excelência quando o assunto é cidade digital no Brasil. Foi a primeira capital brasileira a estabelecer uma rede pública municipal de conexão de banda larga sem fio, que teve como ponto de partida a construção, a partir de 1999, de uma infovia própria, formada por uma extensa rede de cabos de fibra óptica. Até 2005 a rede de 170 quilômetros de infovia integrava as principais secretarias, situadas no centro da cidade, mas os órgãos da administração municipal nos bairros (escolas, telecentros, postos de saúde) usavam link de operadoras para a comunicação com a estrutura central e mantinham contratos próprios com empresas de telefonia. Hoje são 540 quilômetros de rede de fibra óptica e a meta é chegar a 600 quilômetros até o fim de 2010.

Segundo a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de Porto Alegre (Procempa), a partir de 2007 a cidade instalou uma rede com tecnologia wireless e conectou todas as 96 escolas municipais à internet banda larga, num investimento total de R\$ 2,8 milhões, incluindo as torres de transmissão. Toda a telefonia migrou para o sistema Voip (tecnologia que permite o envio do sinal de voz pela

Em Promissão (SP), quem paga IPTU em dia tem internet gratuita, o que elevou arrecadação em 14%

internet). “Anualmente, a Secretaria Municipal de Educação deixou de ter uma despesa de R\$ 1 milhão por ano. Ou seja, em menos de três anos o investimento teve retorno”, explica o presidente da Procempa, André Imar Kulczynski. “Agora, as escolas têm internet rápida, possuem mais ramais telefônicos, fazem videoconferências em rede e praticamente só gastam com a manutenção dos aparelhos”, acrescenta.

O atendimento à saúde também melhorou. Hoje, os postos que distam vários quilômetros de distância do centro de Porto Alegre contam com o serviço de telemedicina. A gestante faz o ultrassom no posto e as imagens são analisadas em tempo real numa unidade central da cidade. Com isso, melhorou o diagnóstico de situações de risco e diminuiu o absenteísmo no pré-natal.

A oferta de acesso sem fio à Internet em locais públicos, via hotspots com tecnologia Wi-Fi, permite a um morador que esteja num parque municipal, por exemplo, acessar a internet de seu notebook.

Kulczynski destaca três grandes benefícios da cidade digital: aumento e alcance dos serviços públicos, economia e racionalização do uso dos recursos e melhoria da infraestrutura para execução das tarefas rotineiras da administração pública. Tais avanços da capital gaúcha em tecnologia e comunicação foram um ponto importante citado no relatório encomendado pela Fifa sobre as cidades brasileiras candidatas para sediar a Copa de 2014. Porto Alegre, uma das escolhidas, mereceu elogios por sua infraestrutura de telecomunicações.

A 140 quilômetros da capital gaúcha, a cidade de Mato Leitão, de apenas 3.800 habitantes, também usa a tecnologia de comunicação e informação para favorecer as cinco escolas da área urbana e rural e melhorar os serviços públicos. Os moradores se integram ao sistema de internet via rádio, mantido pela prefeitura. Nas escolas são desenvolvidos projetos como o Civitas, de uso de tecnologia na aprendizagem, em parceria com a Universidade Fe-



Foto: Crédito Silvana Licci/PP/P

Torre de transmissão de internet gratuita na área rural de Promissão, em São Paulo

Ministério da Educação detectou que nota média de alunos de escola em Piraí (RJ) dobrou com uso de laptops

deral do Rio Grande do Sul, para a inclusão digital de crianças que estudam em escolas rurais. A prefeitura planeja também criar oficinas de informática para idosos. O governo federal e estadual são parceiros nas ações, tanto no fornecimento de equipamentos para estruturação dos laboratórios, quanto na capacitação de profissionais e monitores.

Já na petrolífera Macaé, cidade de cerca de 200 mil habitantes no Rio de Janeiro, a população tem acesso gratuito à internet nas lan houses públicas e

Estudantes da Escola Municipal Wolfgang Ferreira, de Barra de Macaé (RJ), no laboratório de informática



Foto: divulgação

Em Porto Alegre, as 96 escolas municipais têm banda larga e o serviço de telemedicina aperfeiçoou diagnósticos

em algumas praças do município por meio da rede wireless, que está sendo expandida para a orla da praia e às demais praças. Num balanço dos benefícios dos investimentos em tecnologia e informatização, o secretário de Ciência e Tecnologia, Guto Garcia, destaca o “ofício digital”, adotado em maio de 2009, entre as ações de impacto imediato na administração municipal. “Com esse sistema aposentamos impressoras, papel, office-boy, e tornamos a comunicação interna da administração totalmente digital, mais fácil e ágil”, afirma Garcia. “Também estamos implantando em todas as escolas municipais o Sistema de Gestão Escolar, cujo objetivo é facilitar a administração e aproximar os pais, que poderão acompanhar online os boletins, a frequência às aulas e as atividades da escola.”

Outro resultado importante citado por Garcia foi a criação de um sistema informatizado de controle de combustíveis, pelo qual a prefeitura gerencia o consumo nos órgãos municipais. De acordo com o secretário, a maior parte dos investimentos feitos em ciência e tecnologia provém de recursos próprios da prefeitura, incluindo os provenientes dos royalties do petróleo.

Um dos exemplos recentes de iniciativas de governos estaduais é o projeto Minas Digital, para levar infraestrutura de telecomunicações, acesso a banda larga de qualidade e telefonia Voip a municípios com menos de 20 mil habitantes, diminuindo, assim, a desigualdade entre as cidades do Estado.

O objetivo é modernizar a administração pública, facilitar a inclusão digital da população e melhorar os serviços de educação e saúde.

“Nesta primeira etapa do projeto-piloto serão atendidas 11 cidades não servidas pelas empresas privadas. São municípios que não conseguem atrair investimentos porque não dispõem de telefonia e banda larga de qualidade, como é o caso de Rio Preto, Maravilhas, Casa Grande, Prudente de Moraes”, exemplifica o diretor de Tecnologia da Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Oswaldo Albergaria. Nessas localidades serão colocadas antenas de transmissão de dados e o município ficará encarregado de contratar um provedor, interligar os órgãos municipais e criar as instalações para uso da população. A previsão é de investimento estatal de R\$ 1 milhão nessa primeira etapa.

Em sua trajetória no Guia e na promoção de eventos sobre cidades digitais, Chagastelles diz ter observado que tanto em grandes cidades como em localidades menores com pouco acesso a recursos financeiros, como as enfocadas nesta reportagem, é viável a execução de projetos de modernização da administração pública, embora ainda haja algumas dificuldades com o custo do link de conexão. “Quem sabe ainda este ano tenhamos uma definição sobre o Plano Nacional de Banda Larga, que certamente beneficiará inúmeras regiões que hoje sofrem com o monopólio desses serviços ou mesmo não dispõem de links de conexão a custos acessíveis”, comenta Chagastelles. “Mesmo nos municípios em que a receita é um fator crítico, é possível pensar em um projeto de acesso e informações digitais. O segredo é saber onde buscar recursos.”



Foto: divulgação

Guto Garcia, secretário de Macaé (RJ): ‘Aposentamos impressoras, papel, office-boy...e tornamos a comunicação da administração, agora digital, mais fácil e ágil’

Apresentação da Casa das Fases no festival Transit 6, em Holstebro, na Dinamarca, em 2009: rompendo fronteiras



Foto: Arquivo Casa das Fases

Teatro da transformação

Trabalho realizado pela paranaense Casa das Fases muda a vida de senhoras de mais de 60 anos com um curso teatral de metodologia própria, em que o papel de destaque é a recuperação da autoestima das atrizes

O teatro vem transformando a rotina de senhoras de mais de 60 anos em Londrina, no Paraná, com uma experiência que não é vivida na platéia, mas no palco. Um projeto que nasceu dentro do Serviço Social do Comércio (Sesc) da cidade ainda nos anos 80 e ganhou autonomia no ano 2000 vem realizando oficinas e montando espetáculos com atrizes que até então só conheciam o teatro do ponto de vista do público. O trabalho é desenvolvido pela entidade independente e sem fins lucrativos Casa das Fases, a partir de uma metodologia própria que combina memória e história de vida das atrizes com a arte de representar. O efei-



Antônia, com leque, caracterizada para a peça Para Dores Femininas: 'Parece que nasci de novo'

Na Dinamarca, Casa das Fases trabalhou com a comunidade e montou uma performance em sete dias

to é gratificante: “Parece que eu nasci de novo”, diz Antonia Pinto Machado, 71 anos, servidora aposentada do Estado do Paraná. “Eu me sinto com 37 anos”, conta a também servidora aposentada Lilian de Luca, invertendo os números da idade real. “Depois do meu primeiro espetáculo, me senti como uma ‘atriz global’. Meu ego foi lá em cima”, afirma a escriturária e ex-funcionária do Banco do Brasil, hoje aposentada, Alice Hirawia, 63 anos, a mais nova integrante da Companhia de Teatro Fase 3, da Casa das Fases. As três estão no elenco da peça “Iemanjá de São Saruê”, que será apresentada no Festival Internacional de Londrina (Filo), em junho. “Sou a mascote”, brinca Alice.

O trabalho teatral como um meio de estimular a recuperação da autoestima de idosos foi a base do projeto, hoje reconhecido como Ponto de Cultura pelo governo federal dentro do programa Cultura Viva, uma espécie de rede que congrega iniciativas da sociedade civil que incentivam manifestações culturais em todo o País. “A gente percebe a mudança. Muitas vezes a pessoa chega aqui murcha e depois acorda, desperta”, conta Fabrício Borges, assistente de direção da Casa das Fases e coordenador do Projeto do Ponto de Cultura. No começo era apenas um grupo de teatro a integrar as inúmeras atividades do Sesc. Mas em 2000, com a experiência adquirida em cerca de 15 anos de atuação, tendo já desenvol-

Lilian e Antonia fizeram parte do grupo que se apresentou em 1999 no festival It's My Life, realizado em Colônia, na Alemanha

vido pesquisas sobre teatro em todas as faixas etárias e feito inúmeras montagens e oficinas, o grupo virou uma companhia independente e passou a trabalhar em parceria com o Ministério da Cultura, o governo do Estado e a Prefeitura de Londrina.

Neste processo, desenvolveu uma metodologia em que “ouvir” o que as mulheres têm a dizer é o ponto de partida de todo o processo. Borges explica que assim que a futura atriz chega é feita uma entrevista em que ela conta a história de sua vida. A partir daí começam a ser criados os primeiros vínculos com o grupo e a pessoa vai descobrindo qual é a sua contribuição para o mundo. “Há muitos casos em que o trabalho artístico voltado para idosos tem o foco no aspecto cômico, na ridicularização da velhice. Nós buscamos trabalhar com a história de vida das mulheres, suas questões, seu universo, ao mesmo tempo em que elas desenvolvem a capacidade de interpretação”, explica Borges. Ele conta que a Casa das Fases trabalha com outras faixas etárias e já fez apresentações com homens, mas em geral quem procura a entidade é mulher e hoje os grupos são femininos.

Alice Hirawia chegou lá no ano passado. Amante das artes desde sempre, ela costumava acompanhar as apresentações da Companhia de Theatro Fase 3, até que um dia viu no jornal um anúncio de que seria aberta uma oficina. Meses depois ela subia ao palco para declamar um poema na apresentação de “Os Quintais de Mário Quintana”, que a Casa das Fases levou ao Filo de 2009. Lilian, a colega de Alice, já foi bem mais longe. Em 1999, ela era uma das atrizes do espetáculo “Londrina, Zona Paraíso”, apresentado pela Casa das Fases a convite do governo alemão no festival It's My Life, na cidade de Colônia. Lilian e outras quatro senhoras interpretaram papéis de

Lilian, em atuação no curta-metragem *As Velhas Loucas*: ‘O ambiente do teatro é mais livre’



prostitutas. “A cada peça eu fico um pouquinho nervosa, mas, quando você gosta do que está fazendo, você vai lá e consegue fazer”, diz.

Antonia também atuou na Alemanha. Foi a primeira viagem internacional de sua vida. “Foi maravilhoso! Conhecemos pessoas de vários países – americanos, africanos, europeus –, todos fazendo o mesmo tipo de trabalho, uma troca de experiências incrível!”, relembra uma das pioneiras da Companhia de Theatro Fase 3, que começou a atuar ainda no grupo do Sesc. Na época, aposentada e com as quatro filhas casadas, Antonia ficou viúva e sentiu necessidade de ter alguma ocupação. Frequentadora do Sesc, viu no grupo de teatro a oportunidade de exercer uma vocação que se manifestava desde a infância, quando aproveitava todas as oportunidades para se apresentar em qualquer trabalho artístico promovido na escola. “A gente estuda, namora, trabalha, casa, cria os filhos. Aí vem a aposentadoria, os filhos já formaram suas família e ainda pode acontecer o que aconteceu comigo, de ficar viúva. Então



Alice, em cena durante a peça De Todas as Mulheres que Eu Fui: a amante das artes virou artista

a gente, ou fica em casa sem fazer nada, ou vai fazer o que gosta”.

Lilian também foi parar no teatro depois que o marido faleceu. Estava “meio perdida”, afirma, e quando decidiu procurar o Sesc para fazer teatro, seguindo exemplo de uma amiga, as filhas estranharam – “sabe como é, mãe não faz essas coisas”. Mas logo em seguida elas viram o quanto a arte se tornou importante na vida de Lilian. Deficiente visual, a pedagoga e servidora aposentada diz que, no palco, interpreta enxergando apenas vultos, mas a plateia não percebe. A sensação, diz Lilian, não poderia ser melhor. “Depois que você está no palco você esquece a dor na perna, no joelho, nas costas...”. Alice já tinha feito outros trabalhos artísticos, como canto e dança. “O teatro é mais difícil porque mistura expressão facial e corporal. É um trabalho complexo e uma experiência muito válida”, diz. Lilian ressalta também a atmosfera que cerca todo o trabalho. “O ambiente do teatro é mais livre”.

O processo de criação também. Borges diz que as peças ou a adaptação das histórias começam a surgir a partir dos relatos das mulheres – uma metodologia de trabalho que já foi até “exportada”. Foi no ano passado, quando a Casa das Fases participou do Transit 6, festival bianual de teatro contemporâneo feito por mulheres, realizado pelo Odin Teatret, na cidade de Holstebro, Dinamarca. “Trabalhamos com a comunidade e foi um grande passo: em sete dias montamos uma performance”, diz Borges. Sucesso nas experiências internacionais, a Cia de Theatro Fase 3 também viaja pelo Brasil para apresentar suas peças e recebeu cerca de 15 prêmios, entre eles dois Myriam Muniz, da Fundação Nacional das Artes (Funarte). Entre os espetáculos já montados estão “Antígona”, “O Banquete”, “Verás que Tudo é Mentira” e “As Velhas Loucas”. Atualmente, o grupo ensaia todas as semanas “Iemanjá de São Saruê”, que será interpretada por oito atrizes. A origem do trabalho é um tex-



Um dos temas mais importantes da nova montagem é a viuvez, condição da maioria das 8 atrizes da peça

to escrito pela esposa do pescador de Fortaleza Manuel Olinto, o Jacaré, que morreu afogado durante as filmagens de um documentário que o cineasta norte-americano Orson Welles, um dos diretores mais importantes da história do cinema, fazia com um grupo de jangadeiros em 1942. Um ano antes, o grupo tinha feito uma viagem de jangada que durou 61 dias, do Ceará ao Rio de Janeiro, então capital da República, para reivindicar direitos trabalhistas ao então Presidente, Getúlio Vargas, em plena ditadura do Estado Novo. Ao saber da história, por meio da imprensa americana, Welles decidiu fazer o documentário sobre os pescadores e recriar a viagem. A morte de Jacaré, um dos líderes do movimento, levou o cineasta a redirecionar o filme, intensificando o foco nas condições de vida dos pescadores cearenses. O documentário nunca foi concluído, mas a história já tinha ganhado o mundo. Esta montagem ilustra à perfeição o que é a metodologia da Casa das Fases. A peça foi conce-

bida a partir de um texto da esposa da Jacaré, Josefina, em que ela diz, na época da tragédia, que “quando um homem do mar se vai, todo o sustento se vai”. Em outro trecho, ela conta que dizia ao marido que “lugar de pobre era em casa, mas ele não me ouvia”. Josefina e Jacaré tinham oito filhos. A viuvez, um dos temas mais importantes da peça, é condição da maioria das atrizes, assim como a maternidade. Nesta proposta, a Companhia de Teatro Fase 3 encontrou os recursos para estimular uma criação em grupo a partir de uma história real e do conhecimento de vida das atrizes.

A incorporação dos personagens, por sua vez, enriquece a vida das senhoras atrizes. “Uma vez interpretei a mãe de uma menina que tinha tomado o caminho errado na vida. Foi como se eu tivesse vivido realmente a angústia daquela mãe”, conta Antonia. “Se eu tiver de fazer algo que eu pessoalmente não faria, por meio do papel eu subo ao palco e faço”, explica Lilian. Borges diz que ao longo de todos esses anos várias atrizes foram convidadas para outros trabalhos, de outras companhias, e também para fazer comerciais. A convivência entre elas – os ensaios ocorrem todas as semanas – também é motivadora. “Nosso grupo é uma família, a gente vive um pelo outro”, relata Antonia.

Alice, Antonia e Lilian são exemplos de mulheres que não deixam a aposentadoria imobilizar seus destinos e assumem um papel de destaque em suas vidas: o de fazer o que gostam. “O teatro representa hoje a minha vida. Sem o teatro eu não sei o que seria de mim. Acho que vou terminar minha vida lá. Porque amo demais!”, declara-se Antônia, 71 anos, quatro filhas, 11 netos, três bisnetos. PN

Confira o comportamento das aplicações

Esta é a segunda edição do estudo relativo ao desempenho dos fundos destinados a regimes próprios de Previdência, fruto de uma parceria entre a revista Previdência Nacional e a Somma Investimentos. O levantamento se propõe a fornecer uma visão ampla da indústria de fundos adequados à Resolução 3790/09 – os fundos que são elegíveis para os RPPS. As alterações introduzidas pela resolução 3790/09 trouxeram significativas mudanças para o conjunto

de fundos destinados aos regimes próprios de Previdência e o acompanhamento periódico dos fundos de investimento tornou-se importante para a tomada de decisão dos gestores. Podemos citar como exemplo o fato de que a aplicação dos recursos em fundos com parâmetro de referência ao Índice de Mercado Anbima (IMA) introduziu um conceito no segmento de renda fixa que até então era exclusivo do segmento de renda variável, a volatilidade.

Ressaltamos que o estudo não se constituiu em um

REFERENCIADOS

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo	
BTG PACTUAL YIELD FI REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO	Referenciado DI	CDI	02/10/1995	
UNIBANCO INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	16/11/1995	
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	05/07/2006	
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	29/12/2004	
HSBC REGIMES PRÓPRIOS FI REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	05/07/2007	
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	17/04/2009	
BCSULVERAX ESTRELA FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	13/12/2002	
CAIXA FI REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	Referenciado DI	CDI	15/07/2009	
HSBC TÍTULOS PÚBLICOS FI REFERENCIADO DI LP	Referenciado DI	CDI	01/04/1997	
VOTORANTIM FEDERAL FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	13/09/2007	
SAFRA SOBERANO INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	Referenciado DI	CDI	03/09/2007	
BTG PACTUAL FI REFERENCIADO IPCA	Referenciado Outros	IPCA	14/12/2005	
CAIXA RS FI REFERENCIADO IPCA CRÉDITO PRIVADO LP	Referenciado Outros	IPCA	13/08/2009	
CDI				
IPCA				

ranking, embora a ordem de apresentação seja dada pela rentabilidade. Para a elaboração de um ranking para a indústria de fundos elegíveis para RPPS é necessária a definição das medidas de risco e retorno que serão comparadas, além do intervalo de tempo a ser utilizado. Muitos fundos vinculados ao IMA não possuem um histórico mínimo para uma avaliação consistente de seus resultados. O estudo abrange a evolução de uma série de indicadores que envolvem tanto a evolução patrimonial quanto a rentabilidade e volatilidade dos fundos de investimento. Os indicadores utilizados no quadro são a rentabilidade, a volatilidade e o índice de Sharpe dos últimos 12 meses. Optamos pela utilização deste índice com o objetivo de fornecer ao leitor um indicador que acompanha os retornos ajustados pelo risco para os fundos. Em um cenário de eleva-

ção da Taxa Selic, a marcação a mercado eleva consideravelmente a volatilidade dos ativos, e isto se reflete nos fundos, por isto entendemos ser importante um acompanhamento da volatilidade. Para concluir, esperamos que este estudo sirva de fonte de informações e orientação aos gestores dos RPPS para dar suporte às decisões sobre as aplicações dos recursos previdenciários.

As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela QUANTUM, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário.

Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL).

Fonte: Quantum Axis.

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 2.667.187.335,14	0,68%	9,23%	10,15%	8,81	0,04%
	R\$ 646.494.820,71	0,67%	9,12%	10,18%	4,34	0,06%
	R\$ 481.784.566,95	0,66%	8,91%	9,98%	1,12	0,05%
	R\$ 5.439.941.260,00	0,65%	8,73%	9,78%	-3,65	0,03%
	R\$ 15.242.579,09	0,65%	8,74%	9,78%	-1,09	0,09%
	R\$ 338.852.503,62	0,65%	8,60%		-2,76	0,08%
	R\$ 36.358.964,68	0,64%	8,67%	9,79%	-5,25	0,03%
	R\$ 73.496.627,68	0,64%				
	R\$ 1.266.305.624,65	0,64%	8,59%	9,65%	-7,56	0,03%
	R\$ 128.250.475,67	0,64%	8,60%	9,65%	-7,58	0,03%
	R\$ 311.901.209,16	0,63%	8,52%	9,59%	-9,67	0,03%
	R\$ 249.800.477,64	0,12%	12,73%	15,19%	2,49	1,41%
	R\$ 122.768.192,93	0,07%				
		0,66%	8,85%	9,88%	0,00	0,03%
		0,50%	5,24%	4,31%	-21,28	0,16%

AÇÕES

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo
SUL AMÉRICA DIVIDENDOS FI AÇÕES	Ações Dividendos	Não definido	20/08/2009
MARLIM FI AÇÕES	Ações Dividendos	Ibovespa	30/06/2008
BTG PACTUAL INSTITUCIONAL DIVIDENDOS FI AÇÕES	Ações Dividendos	Não Informado	10/03/2008
HSBC DIVIDENDOS FI AÇÕES	Ações Dividendos	Não definido	06/10/1997
XP INVESTOR FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	15/09/2006
HSBC REGIMES PRÓPRIOS FIC AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	11/03/2010
ITAÚ RPI IBOVESPA FIC AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	25/04/2008
VOTORANTIM FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	03/08/1992
SANTANDER INSTITUCIONAL FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	24/03/1997
BANRISUL ÍNDICE FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	01/10/1997
J. MALUCELLI AÇÕES FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	04/12/2001
FATOR INSTITUCIONAL FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	27/01/1997
BRADESCO PRIVATE ALAVANCADO IBOVESPA FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	16/03/1995
ITAÚ INSTITUCIONAL IBOVESPA ATIVO FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	02/05/1997
HSBC AÇÕES PLUS FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	20/07/1998
SAFRA AÇÕES FI AÇÕES	Ações Ibovespa ativo	Ibovespa	24/06/1969
BRADESCO PLUS IBOVESPA FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	25/10/1999
SAFRA INDICIAL FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	16/04/1997
HSBC TOP FI AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	01/01/1980
BRADESCO INDEXADO IBOVESPA FIC AÇÕES	Ações Ibovespa indexado	Ibovespa	01/03/1994
BANRISUL INFRA-ESTRUTURA FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	02/10/1997
BANRISUL AÇÕES FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	03/11/1971
BNP PARIBAS ACE FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	02/04/2001
BRADESCO INSTITUCIONAL IBX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	Não definido	04/11/1999
SANTANDER INSTITUCIONAL IBRX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	15/08/1997
SUL AMÉRICA PENSION IBRX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	03/07/2007
ITAÚ INSTITUCIONAL IBRX ATIVO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	18/12/1997
SCHRODER IBRX 50 FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	Ações IBrX Ativo	IBX 50	12/05/2006
BTG PACTUAL DINÂMICO FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	Não definido	18/05/1998
VOTORANTIM IBRX FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	10/11/2006
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX 50	18/02/2008
SAFRA LARGE CAP FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	03/05/2004
BANRISUL PERFORMANCE FI AÇÕES	Ações IBrX Ativo	IBX	04/07/1994
SAFRA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	08/05/2008
GWJ CLASSIC FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	12/02/2007
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO FI AÇÕES	Ações Livre	CDI	26/12/2008
CONCÓRDIA AÇÕES FI AÇÕES	Ações Livre	Não definido	03/02/2004
BNP PARIBAS GRAND PRIX FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	11/02/2004
MERCATTO GESTÃO FUNDAMENTALISTA FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	25/04/2003
MERCATTO ESTRATÉGIA FI AÇÕES	Ações Livre	Ibovespa	18/11/1998
SAFRA EXPORTAÇÃO FI AÇÕES	Ações Livre	Não definido	23/08/2004
SAFRA SETORIAL ENERGIA FI AÇÕES	Ações setoriais energia	IEE	01/10/1997
SAFRA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	Ações Setoriais Livre	Ibovespa	30/01/2007
SAFRA SETORIAL BANCOS FI AÇÕES	Ações Setoriais Livre	Não definido	01/10/1997
J. MALUCELLI SMALL CAPS FI AÇÕES	Ações Small Caps	Ibovespa	30/06/2008

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 13.182.967,07	-0,29%				
	R\$ 30.385.895,28	-0,48%	27,74%	43,61%	1,38	12,10%
	R\$ 32.203.419,25	-1,89%	21,81%	48,02%	0,88	13,91%
	R\$ 78.467.727,09	-3,03%	28,64%	62,34%	0,94	19,98%
	R\$ 166.360.778,42	0,29%	94,31%	145,35%	3,02	19,85%
	R\$ 16.397.161,33	-1,79%				
	R\$ 303.277.380,10	-2,41%	58,95%	98,74%	1,95	20,52%
	R\$ 19.552.458,85	-2,68%	52,78%	84,81%	1,58	23,14%
	R\$ 103.283.227,01	-3,64%	45,64%	79,80%	1,30	24,68%
	R\$ 20.870.002,56	-3,94%	36,68%	64,70%	1,10	23,06%
	R\$ 10.685.526,06	-3,99%	53,92%	78,12%	2,08	17,39%
	R\$ 136.870.803,40	-4,09%	47,15%	82,44%	1,41	23,38%
	R\$ 39.220.557,08	-4,19%	47,81%	87,95%	1,43	23,27%
	R\$ 19.219.539,76	-4,21%	44,05%	76,47%	1,32	23,37%
	R\$ 80.629.721,12	-4,74%	50,81%	82,17%	1,48	24,08%
	R\$ 73.151.077,23	-4,78%	45,50%	84,93%	1,22	26,78%
	R\$ 161.897.878,84	-4,10%	46,47%	81,34%	1,34	24,32%
	R\$ 22.398.934,70	-4,19%	44,23%	77,68%	1,29	24,17%
	R\$ 183.076.011,48	-4,23%	43,37%	76,66%	1,27	23,93%
	R\$ 181.261.705,75	-4,38%	41,40%	75,22%	1,20	24,32%
	R\$ 57.312.943,07	-3,47%	37,39%	77,10%	1,19	21,57%
	R\$ 44.575.225,76	-3,53%	46,56%	77,25%	1,69	18,69%
	R\$ 115.379.466,60	-3,54%	41,31%	73,03%	1,26	22,70%
	R\$ 282.345.839,96	-3,56%	42,81%	75,40%	1,28	23,28%
	R\$ 10.444.783,91	-3,60%	39,10%	68,98%	1,14	23,99%
	R\$ 20.387.991,03	-3,68%	40,16%	70,07%	1,18	23,72%
	R\$ 91.800.828,72	-3,90%	40,89%	71,93%	1,24	22,84%
	R\$ 174.786.356,04	-3,92%	37,38%	70,92%	1,12	23,28%
	R\$ 185.120.282,48	-3,95%	36,74%	67,99%	1,08	23,78%
	R\$ 32.207.150,76	-4,15%	42,05%	78,28%	1,25	23,60%
	R\$ 145.497.301,00	-4,30%	38,24%	67,75%	1,12	24,01%
	R\$ 34.023.475,62	-4,30%	40,29%	74,57%	1,12	25,46%
	R\$ 26.340.041,85	-4,57%	35,86%	64,30%	1,10	22,35%
	R\$ 48.860.954,67	0,88%	66,90%	195,19%	1,44	33,70%
	R\$ 80.496.667,74	-0,28%	60,14%	112,59%	2,62	15,18%
	R\$ 10.060.164,65	-2,67%	38,82%	52,84%	1,44	18,04%
	R\$ 8.531.755,49	-3,20%	42,36%	69,18%	1,32	22,28%
	R\$ 70.407.367,43	-3,53%	46,56%	80,88%	1,39	23,36%
	R\$ 126.530.036,07	-4,32%	79,26%	149,24%	2,54	20,53%
	R\$ 155.259.225,11	-4,59%	70,75%	143,13%	2,46	19,03%
	R\$ 57.967.961,09	-4,72%	42,38%	79,73%	1,09	28,44%
	R\$ 38.898.817,38	0,65%	34,15%	59,43%	1,17	19,53%
	R\$ 44.620.167,92	-3,29%	51,18%	73,30%	1,46	24,54%
	R\$ 155.710.828,42	-4,04%	37,49%	63,37%	1,02	26,19%
	R\$ 6.923.274,46	-1,94%	69,75%	97,01%	2,89	15,80%

AÇÕES (CONTINUAÇÃO)

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo
SAFRA SMALL CAP FI AÇÕES	Ações Small Caps	Não definido	11/09/2003
BB REGIME PRÓPRIO GOVERNANCA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	Ações Sustentabilidade/Governança	Ibovespa	10/06/2009
SAFRA ISE FI AÇÕES	Ações Sustentabilidade/Governança	Não definido	23/01/2006
SANTANDER PIBBS IBRX 50 FI AÇÕES	PIBB	Cota de PIBB	12/09/2005
Ibovespa			
IBX			
IBX-50			

RENDA FIXA

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo
BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	03/09/2007
BANRISUL PREVIDÊNCIA MUNICIPAL II FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	29/08/2008
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FI RENDA FIXA	Renda Fixa	Índice de preços	07/10/2002
BTG PACTUAL IMA B FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	23/07/2008
SCHRODER RPPS IMA-B FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA Geral	29/03/2010
SUL AMÉRICA EXCELLENCE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	Renda Fixa	CDI	21/06/2002
BANRISUL PATRIMONIAL FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	03/06/2002
CONCÓRDIA EXTRA FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	Renda Fixa	CDI	01/04/1996
ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	26/11/2009
BRADERCO IMA B FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	07/01/2008
BNP PARIBAS SPIN FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	IMA Geral	01/09/2006
BB RPPS ATUARIAL MODERADO FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Renda Fixa	IMA-B	09/03/2006
CAIXA NOVO BRASIL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Renda Fixa	IMA-B	27/10/2009
CAIXA ALIANÇA FI RENDA FIXA	Renda Fixa	Não definido	01/11/2005
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	10/02/2006
BB RPPS ATUARIAL CONSERVADOR FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Renda Fixa	IMA-B	24/07/2005
CAIXA RS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IPCA	18/07/2005
PARANÁ EXECUTIVO FI RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	21/02/2000
BRADERCO IMA GERAL FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-G	30/04/2007
SANTANDER RPPS TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	09/12/2009
BRADERCO IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	17/02/2010
ITAÚ SOBERANO MULTI ÍNDICES FI RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	06/09/2007
CAIXA BRASIL IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IMA-B	08/03/2010
HSBC ATIVO REGIMES PRÓPRIOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	Não definido	08/02/2010
SAFRA INDEX 10 FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	Índice de preços	01/07/2002
BB RPPS CONSERVADOR FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Renda Fixa	IRF-M	08/12/2004
UNIBANCO ÍNDICE DE PREÇOS FI RENDA FIXA	Renda Fixa	CDI	17/10/2002
ITAÚ INSTITUCIONAL PRÉ-FIXADO FIC RENDA FIXA LP	Renda Fixa	CDI	26/11/2009
BB RPPS LIQUIDEZ FIC RENDA FIXA	Renda Fixa	IRF-M	08/12/2009
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LP	Renda Fixa	Índice de preços	11/07/2008
BTG PACTUAL FIX FI RENDA FIXA	Renda Fixa	IRF-M	01/12/2000
XP INVESTOR FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Renda Fixa Médio e Alto Risco	CDI	03/11/2009
MERCATTO TOP FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Renda Fixa Médio e Alto Risco	CDI	31/08/2001
CDI			

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 228.125.930,68	-3,12%	63,64%	122,03%	1,80	24,32%
	R\$ 196.595.683,35	-2,13%				
	R\$ 4.664.031,91	-3,56%	42,79%	63,06%	1,35	21,90%
	R\$ 122.206.013,71	-3,77%	37,50%	70,70%	1,07	24,73%
		-4,04%	47,38%	82,66%	1,37	24,34%
		-3,70%	40,94%	72,84%	1,23	23,18%
		-4,11%	39,35%	72,41%	1,15	24,06%

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 241.959.609,38	1,38%	10,29%	10,22%	1,96	0,67%
	R\$ 109.477.427,63	1,35%	10,12%	10,11%	1,81	0,64%
	R\$ 57.072.356,13	0,89%	16,70%	18,75%	2,24	3,13%
	R\$ 34.621.059,56	0,82%	17,11%	18,78%	2,38	3,10%
	R\$ 505.721,33	0,72%				
	R\$ 366.471.921,40	0,67%	9,38%	10,35%	5,46	0,09%
	R\$ 607.673.543,00	0,67%	9,59%	11,48%	2,40	0,28%
	R\$ 246.343.946,10	0,66%	8,91%	9,97%	0,76	0,08%
	R\$ 286.613.158,90	0,64%				
	R\$ 825.570.265,47	0,61%	16,48%	18,01%	2,27	3,01%
	R\$ 183.209.151,47	0,61%	11,81%	12,70%	1,94	1,39%
	R\$ 1.657.497.824,42	0,61%	10,11%	9,92%	1,03	1,12%
	R\$ 2.168.744.036,67	0,59%				
	R\$ 959.613.869,22	0,59%	9,18%	10,16%	1,87	0,16%
	R\$ 3.771.377.519,13	0,57%	9,17%	10,18%	1,74	0,17%
	R\$ 5.724.894.929,85	0,57%	9,86%	9,73%	0,84	1,10%
	R\$ 920.301.189,01	0,57%	9,18%	10,18%	1,84	0,16%
	R\$ 58.325.841,22	0,56%	9,38%	9,91%	1,00	0,48%
	R\$ 597.886.831,46	0,50%	12,42%	13,79%	2,69	1,21%
	R\$ 1.002.905.492,77	0,50%				
	R\$ 229.526.234,41	0,44%				
	R\$ 130.105.269,50	0,44%	8,73%	10,41%	-0,89	0,13%
	R\$ 2.272.107.539,14	0,40%				
	R\$ 288.260.488,43	0,27%				
	R\$ 67.960.634,88	0,25%	11,20%	12,10%	1,81	1,18%
	R\$ 1.462.465.807,98	0,15%	8,88%	9,47%	0,06	0,57%
	R\$ 39.981.233,50	0,14%	13,24%	12,27%	1,99	1,99%
	R\$ 121.442.987,60	0,14%				
	R\$ 979.072.493,55	0,13%				
	R\$ 95.323.034,22	0,07%	15,18%	18,50%	1,76	3,24%
	R\$ 26.315.351,75	0,04%	8,88%	11,14%	0,02	1,41%
	R\$ 16.028.381,77	0,70%				
	R\$ 148.433.078,78	0,68%	9,92%	10,98%	5,33	0,18%
		0,66%	8,85%	9,88%	0,00	0,03%

Ranking de fundos

RENDA FIXA (CONTINUAÇÃO)

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo
IGP-M			
IMA Geral			
IRF-M			

MULTIMERCADOS

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo
BRADESCO GOLDEN PROFIT CONSERVADOR FIC MULTIMERCADO	Balaceados	Não definido	28/11/1996
BRADESCO GOLDEN PROFIT MODERADO FIC MULTIMERCADO	Balaceados	Não definido	08/07/1997
BRADESCO GOLDEN PROFIT DINÂMICO FIC MULTIMERCADO	Balaceados	Não definido	01/07/1997
BTG PACTUAL INSTITUCIONAL DINÂMICO FI MULTIMERCADO	Multimercados Juros e Moedas	Não definido	19/07/1999
BRADESCO PLUS I FI MULTIMERCADO	Multimercados Juros e Moedas	Não definido	03/11/1999
VOTORANTIM EAGLE FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	Multimercados Juros e Moedas	CDI	16/10/1995
IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	Multimercados Juros e Moedas	CDI	09/01/2002
MAPFRE INVERSION FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	09/01/2006
MODAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	18/11/2004
SUL AMÉRICA INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Macro	CDI	17/06/2005
CONCÓRDIA FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	Não definido	22/05/2001
BNP PARIBAS SMART FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	14/09/1998
BTG PACTUAL HEDGE INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	Não definido	01/07/2003
SAFRA CARTEIRA INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	31/01/2007
BTG PACTUAL LOCAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	Não definido	01/10/2002
GRAU SAVANA INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	03/03/1997
BB REGIME PRÓPRIO FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	02/03/2009
CAIXA BRASIL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	Não Informado	06/01/2009
VOTORANTIM DINÂMICO FI MULTIMERCADO	Multimercados Multiestratégia	CDI	04/01/1996
MERCATTO DIFERENCIAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	03/09/2002
MERCATTO DIFERENCIAL FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	23/09/1998
MERCATTO DIFERENCIAL 30 FI MULTIMERCADO LP	Multimercados Multiestratégia	CDI	07/08/2007
XP INVESTOR FIC MULTIMERCADO	Multimercados Multigestor	CDI	29/01/2007
XP MODERADO FIC MULTIMERCADO	Multimercados Multigestor	CDI	01/10/2009
HSBC MULTIFUNDOS FIC MULTIMERCADO	Multimercados Multigestor	CDI	15/09/2005
CDI			

FIDCs

Nome	Classificação Anbid	Benchmark	Início do fundo
MASTER PANAMERICANO CDC VEÍCULOS FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	112% do CDI	13/10/2003
BCSUL VERAX CPP ABERTO 360 FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	110% do CDI	04/08/2004
BCSUL VERAX CPP 180 ABERTO FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	107% do CDI	25/06/2004
BV FINANCEIRA I FIDC SÊNIOR	Direitos Creditórios	101% do CDI	28/06/2006
RURAL FIDC PREMIUM SÊNIOR	Direitos Creditórios	Não definido	11/12/2003
CDI			

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
		0,77%	2,88%	-1,71%	-14,13	0,40%
		0,56%	11,91%	12,90%	2,47	1,12%
		0,20%	10,42%	12,47%	1,05	1,37%

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 83.463.215,03	-0,23%	9,50%	12,86%	0,22	2,97%
	R\$ 162.697.967,55	-0,57%	11,49%	16,06%	0,56	4,45%
	R\$ 227.514.713,30	-1,17%	15,44%	22,48%	0,84	7,36%
	R\$ 301.580.438,71	0,65%	8,89%	9,92%	0,36	0,11%
	R\$ 120.368.625,12	0,64%	9,65%	10,70%	2,24	0,33%
	R\$ 88.937.262,75	0,63%	10,32%	11,36%	5,97	0,22%
	R\$ 836.809.687,71	0,62%	9,31%	10,80%	3,75	0,11%
	R\$ 611.133.195,61	0,44%	12,91%	16,47%	2,46	1,50%
	R\$ 462.310.341,78	0,50%	8,96%	11,13%	0,17	0,61%
	R\$ 46.437.300,32	0,46%	8,69%	10,21%	-0,19	0,79%
	R\$ 55.319.229,95	0,68%	8,18%	9,07%	-4,93	0,12%
	R\$ 91.391.238,40	0,65%	9,63%	10,83%	0,58	1,25%
	R\$ 37.040.425,83	0,57%	9,01%	10,35%	0,49	0,30%
	R\$ 1.054.618.671,00	0,56%	11,42%	11,79%	2,63	0,89%
	R\$ 30.988.258,15	0,49%	10,27%	12,78%	0,96	1,35%
	R\$ 25.417.668,83	0,49%	9,43%	12,16%	0,55	0,96%
	R\$ 32.366.207,48	0,49%	8,88%		0,06	0,46%
	R\$ 10.210.468,76	0,45%	8,72%		-0,17	0,71%
	R\$ 86.681.831,23	0,44%	10,36%	11,86%	1,69	0,82%
	R\$ 388.563.124,90	0,28%	9,87%	13,34%	1,11	0,84%
	R\$ 60.978.043,17	0,16%	11,56%	16,21%	2,07	1,19%
	R\$ 170.072.070,26	-0,24%	15,68%	24,85%	2,74	2,23%
	R\$ 12.564.783,96	0,62%	9,09%	9,96%	1,19	0,18%
	R\$ 2.107.116,94	0,62%				
	R\$ 24.473.466,27	0,40%	8,48%	9,88%	-0,63	0,54%
		0,66%	8,85%	9,88%	0,00	0,03%

	Patrimônio Líquido 30/4/2010	Retorno			Sharpe nos últimos 12 meses	Volatilidade nos últimos 12 meses
		No mês Abril - 2010	12 meses	2009		
	R\$ 1.128.830.958,00	0,74%	9,97%	11,15%	31,10	0,03%
	R\$ 306.137.162,27	0,73%	9,79%	10,94%	26,42	0,03%
	R\$ 85.560.937,37	0,71%	9,51%	10,62%	19,07	0,03%
	R\$ 293.323.300,70	0,67%	8,95%	10,00%	3,07	0,03%
	R\$ 55.209.504,81	0,71%	9,60%	10,73%	21,51	0,03%
		0,66%	8,85%	9,88%	0,00	0,03%

Eis os dados para contato com as pessoas entrevistadas nas reportagens desta edição de *Previdência Nacional*. Se encontrar alguma dificuldade, por favor entre em contato conosco:

previdencianacional@patriaeditora.com.br

Alberto Donizete Correa

(Página 34)
Banco do Brasil
Telefone: (61) 3310-1866

Aldo José da Silva

(Página 34)
Bradesco
Telefone: (11) 2178-6540
e-mail: 4898.aldo@bradesco.com.br

André Imar Kulczynski

(Página 46)
Procempa
Telefone: (51) 3289-6000

Baldur Schubert

(Página 14)
OISS
Telefone: (61) 3313-4376

Cleuton de Oliveira Sanches

(Páginas 34)
Instituto de Previdência de Indaiatuba-SP
Telefone: (19) 3825-4600 / 3834-9169

Daniel Abravanel

(Página 10)
Banco Panamericano
Telefone: 0800 775-8686

Daniel Sandoval

(Página 10)
CEF
Telefone: (11) 3214-6769

Delúbio Gomes da Silva

(Páginas 10, 14)
Ministério da Previdência Social
Telefone: (61) 2021-5013

Demetrius Hintz

(Páginas 10, 14, 21)
Abipem, Iprev-SC e Conaprev
Tel: (48) 3229-2689

Eduardo Loverro

(Página 34)
BNP Paribas
Telefone: (11) 3049-2855

Elanir Santos

(Página 10)
GWI Asset Management
Telefone: (11) 3702-3200

Expedito Veloso

(Página 1)
BB Previdência
Telefone: (61) 3310-1866

Fabrcício Borges

(Página 51)
Casa das Fases
Telefone: (43) 3304-8757

Geraldo Chaves Barbosa

(Página 46)
Prefeito, Promissão-SP
Telefone: (14) 3543-9000

Guto Garcia

(Página 46)
Macaé-RJ
Telefone: (22) 2791-9008



Hávila Donnelly

(Página 24)
IBA
Telefone: (21) 2531-0267

João Figueiredo

(Páginas 10, 34)
Abipem
Telefone: (11) 7494-1313
e-mail: joaofigueiredo@abipem.org.br

José Oswaldo Albergaria

(Página 46)
Estado de Minas Gerais
Telefone: (31) 3247-2082

Lucia Helena Vieira

Apeprem e Ipred
Telefone: (11) 4125-7614

Magadar Briguet

(Página 14)
Abipem
Telefone: (61) 3323-4803

Maria Malvina Locks

(Página 21, 24)
Ipreville
Telefone: (47) 3423-1900

Miguel Horvath Júnior

(Página 14)
Procurador Federal
Telefone: (11) 4123-0222

Oswaldo Franco

(Página 34)
Instituto de Previdência de Pará
de Minas, MG
Telefone: (37) 3236-3000

Otoni Guimarães

(Páginas 14, 24)
Ministério da Previdência Social
Telefone: (61) 3317-6691

Paulo Di Blasi

(Páginas 10, 14, 34)
Ibmec/FGV
Telefone: (21) 2503-3483

Rosana Seger

(Página 24)
advogada
Telefone: (51) 3594-9162

Totó Teixeira

(Página 10)
Beprem-BH
Telefone: (31) 3277-8734

Renato Follador

(Página 14)
J. Malucelli Previdência
Telefone: (41) 3351-9963

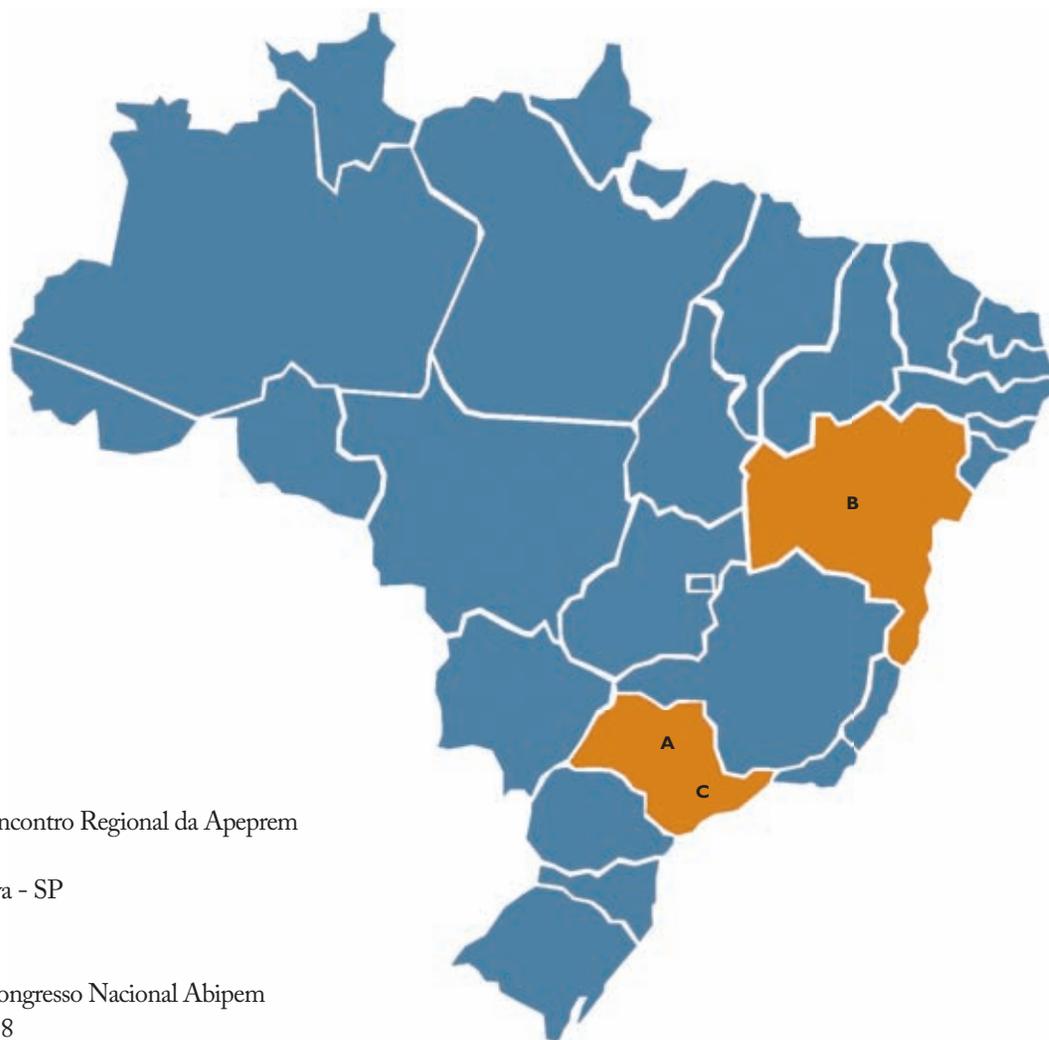
Richard Dutzmann

(Página 24)
IBA
Telefone: (21) 2531-0267

Thiago Confal Chagastelles

(Página 46)
Guia das Cidades Digitais
Telefone: (21) 3325-6200
site:
www.guiadascidadesdigitais.com.br

Agenda de eventos da Abipem e da Apeprem



Maio

A - 24º Encontro Regional da Apeprem
19 e 20
Catanduva - SP

Junho

B - 44º Congresso Nacional Abipem
De 16 a 18
Salvador - BA

Julho

C - 25º Encontro Regional da APEPREM
15 e 16
Mogi das Cruzes - SP

Dê mais crédito aos seus investimentos.

verax

BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

A BCSul Verax é uma das líderes em securitização de recebíveis,⁽¹⁾ e coloca à sua disposição uma das melhores opções para investir em crédito pessoal consignado, modalidade de crédito que mais cresce no Brasil.

Características dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) da BCSUL VERAX⁽²⁾⁽³⁾

FIDC ABERTO BCSUL VERAX	Benchmark da Quota Sênior	Rating da Quota Sênior ⁽⁴⁾	Carência Inicial	Aplicação movimentação mínima	Prazo de Resgate	% de quotas subordinadas
CPP 60	103% do CDI	AAA	60 dias	R\$ 50.000,00	D+30	25% do PL
CPP 120	105% do CDI	AAA	120 dias	R\$ 50.000,00	D+30	25% do PL
CPP 180	107% do CDI	AAA	180 dias	R\$ 100.000,00	D+60	25% do PL
CPP 360	110% do CDI	AAA	360 dias	R\$ 100.000,00	D+60	25% do PL

As vantagens do crédito consignado com a transparência de um Fundo de Investimento.

ORIGINADOR

ADMINISTRADOR/DISTRIBUIDOR

GESTORA

CATEGORIA ANBID: FIDC

AUDITORIA

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA



Para mais informações entre em contato:
(11) 3848 2717
verax@verax.com.br
www.verax.com.br

(1) A BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda. constou em 1º lugar no Ranking de Estruturadores de FIDCs da UQBAR Educação e Informação Financeira Avançada Ltda. Em 2004, e em 3º lugar no Ranking de 2005 – www.uqbar.com.br; (2) Início de funcionamento em 28/06/2004. (3) Objetivos dos Fundos é a aplicação em direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado com servidores públicos, aposentados e pensionistas. (4) Atribuídos pela Austing Rating. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA DO PROSPECTO E REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO PELO INVESTIDOR AO APLICAR SEUS RECURSOS. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.



Sua estrela vai brilhar junto com a nossa.

- Estruturação de Fundos de Investimentos • Captação de Recursos de Terceiros • Corretora de Valores e Mercadorias
- Asset Management • Divisão Internacional • Crédito Pessoal Consignado • Cartão de Crédito • Desconto de Recebíveis

Eficiência nos resultados, transparência nas operações, segurança financeira. Mais uma vez na lista dos maiores bancos brasileiros. Pode comemorar. Mais que isso, você pode confiar.



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

**Conquistando vitórias.
www.bcsul.com.br**